

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL SEDR**

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2011

BRASÍLIA-DF, MARÇO DE 2012

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

- Subordinação: Ministério Do Meio Ambiente.

- Relatório de Gestão do Exercício de 2011

- Relatório de Gestão para apresentação aos órgãos de Controle Interno e Externo como prestação de contas a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal e, elaborado em conformidade às disposições da Decisão Normativa - TCU nº 108 de 02 de dezembro de 2010, da Decisão Normativa - TCU nº. 117 de 19 de outubro de 2010, Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Portaria TCU nº 123 de 12 de maio de 2010.

BRASILIA, MARÇO DE 2012

CONTEÚDO

INTRODUÇÃO.....	5
A - ITENS DO ANEXO II QUE NÃO SE APLICAM À REALIDADE DA UJ:.....	5
C - ITENS DO ANEXO II QUE NÃO SE APLICAM À REALIDADE DA UJ:.....	6
1 - PARTE A, ITEM UM, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	8
1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	8
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	9
2.1 - RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	9
2.2 - ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	11
2.3 - PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ.....	12
2.3.1- EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ.....	12
2.3.1.1. PROGRAMA 1145 – COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	12
2.3.1.2. PROGRAMA 1426 - CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE.....	14
2.3.1.3. PROGRAMA 1080 - COMBATE À DESERTIFICAÇÃO.....	16
2.3.1.4. PROGRAMA 0512 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO.....	18
2.3.2 EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ.....	20
2.3.1.5. AÇÃO 2001 - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	21
2.3.1.6. AÇÃO 6040 - ASSISTÊNCIA À PRODUÇÃO E À COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE.....	21
2.3.1.7. AÇÃO 6060 - CAPACITAÇÃO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	22
2.3.1.8. AÇÃO 6087 - FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	22
2.3.1.9. AÇÃO 6230 - GESTÃO AMBIENTAL EM TERRAS QUILOMBOLAS.....	23
2.3.1.10. AÇÃO 20GF - PAGAMENTO A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS NO MEIO RURAL – PLANO BRASIL SEM MISÉRIA.....	23
2.3.1.11. AÇÃO 8671 - FOMENTO À GESTÃO AMBIENTAL EM TERRAS INDÍGENAS.....	24
2.3.1.12. AÇÃO 6063 - FOMENTO A PROJETOS DE GESTÃO AMBIENTAL DOS POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA (PROGRAMA-PILOTO).....	24
2.3.1.13. AÇÃO 8308 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES TERRITORIAIS DE GESTÃO AMBIENTAL RURAL (GESTAR).....	24
2.3.1.14. AÇÃO 6061 – FOMENTO A PROJETOS DEMONSTRATIVOS NA AMAZÔNIA E MATA ATLÂNTICA.....	26
2.3.1.15. AÇÃO 8906 - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO NAS ÁREAS SUSCEPTÍVEIS À DESERTIFICAÇÃO - PAN-BRASIL.....	27
2.3.1.16. APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES FAMILIARES SUSTENTÁVEIS EM ÁREAS SUSCEPTÍVEIS À DESERTIFICAÇÃO.....	27
2.3.1.17. AÇÃO 4971 - CAPACITAÇÃO DE AGENTES MULTIPLICADORES LOCAIS PARA COMBATE À DESERTIFICAÇÃO.....	27
2.3.1.18. AÇÃO 7413 – MACROZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO BRASIL NA ESCALA 1:1000.000.....	28
2.3.1.19. AÇÃO 7965 – IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GERENCIADOR DE BANCO DE DADOS SOBRE ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO.....	30
2.3.1.20. AÇÃO 8896 – CONTROLE AMBIENTAL DOS ESPAÇOS LITORÂNEOS.....	31
2.3.1.21. AÇÃO 6642 – INSTRUMENTALIZAÇÃO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA GESTÃO DA ORLA MARÍTIMA.....	33
2.3.1.22. AÇÃO 8990 – DESENVOLVIMENTO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NO TURISMO.....	34
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO.....	35
2.4.1 - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA.....	35

2.4.2 - PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES.....	35
2.4.3 - PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL	36
2.4.3.1 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS	36
2.4.3.2 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA	37
2.4.4 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA.....	38
2.4.4.1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	38
2.4.4.2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO ...	41
2.4.4.3 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	41
2.4.5 DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	41
2.4.6 DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	41
2.4.7 INDICADORES INSTITUCIONAIS	41
4 - PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	43
4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	43
4.2 ANÁLISE CRÍTICA.....	43
5 - PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	44
5.1.- COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010....	44
5.1.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA....	44
5.1.2 SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO EFETIVA DA UNIDADE JURISDICIONADA	45
5.1.3 QUANTIFICAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UNIDADE JURISDICIONADA	46
5.1.4 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE	47
5.1.5 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE	48
6 - TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO.	49
6.1 - CARACTERIZAÇÕES DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	49
6.1.1 RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2011	49
6.1.2 QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	51
6.1.3 INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE VIGERÃO NO EXERCÍCIO DE 2011 E SEGUINTE	51
6.2 - INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE	52
6.3 - ANÁLISE CRÍTICA.....	52
7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	54
7.1 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	54
8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	56
8.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93	56
8.2 ANÁLISE CRÍTICA.....	56
17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	58
17.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	58
PARTE C DO ANEXO II DA DN 108/2010 -	59
26. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	60
26.1 CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”, NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS.....	60
26.2 ANÁLISE CRÍTICA.....	77

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão está formalizado nos termos da Instrução Normativa - TCU nº 63, de 1º de Setembro de 2010 e, Decisão Normativa - TCU nº. 108 de 24 de novembro de 2010 bem como, em observância aos critérios estabelecidos pela Portaria - TCU nº. 123, de 12 de maio de 2011, pela qual, dispõe das orientações quanto ao preenchimento dos conteúdos do Relatório de Gestão referente ao exercício de 2011.

Nos termos das orientações passadas e constantes da Portaria - TCU nº 123 (do anexo III da Decisão Normativa TCU nº. 108/2010) no presente Relatório de Gestão, deixam de constar em seus autos os itens abaixo listados:

A - ITENS DO ANEXO II QUE NÃO SE APLICAM À REALIDADE DA UJ:

- ➔PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II - INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.
- ➔PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II - INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ.
- ➔PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II - INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS.
- ➔PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ, CLASSIFICADO COMO “BENS DE USO ESPECIAL”, DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS.
- ➔PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ, CONTEMPLANDO OS SEGUINTE ASPECTOS.
- ➔PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II - INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL.
- ➔PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II - RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ.

Os itens acima listados não se aplicam à UJ - Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, em decorrência da sua natureza e finalidades determinadas pelos diplomas legais: Lei nº. 10.683/2003, de 28/05/2003 (DOU de 29/05/2003) e Decreto nº. 6.101, de 26/04/2007, combinado com a Portaria n.º 292, de 23/05/2007 (DOU de 28/05/2007).

B - ITENS DO ANEXO II QUE SE APLICAM A NATUREZA DA UJ, PORÉM, ENCONTRAM-SE SOB A COMPETÊNCIA DA SPOA/SECEX/MMA:

- ➔PARTE B, ITEM 18, DO ANEXO II - Demonstrações contábeis - Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

- ➔PARTE B, ITEM 19, DO ANEXO II - Demonstrações contábeis.

➡PARTE B, ITEM 20, DO ANEXO II - INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.

Os itens acima apresentados estão sob a responsabilidade e de acordo com a competência regimental da SECEX/SPOA/MMA, nos termos do decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007 que trata da estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente.

C - ITENS DO ANEXO II QUE NÃO SE APLICAM À REALIDADE DA UJ:

➡PARTE C, ITENS 21-25 E 27-30, DO ANEXO II DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.

PARTE A, ITEM UM, DO ANEXO II DA DN
TCU N.º 107, DE 27/10/2010

1 - PARTE A, ITEM UM, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual		
PODER E ÓRGÃO DE VINCULAÇÃO		
Poder: EXECUTIVO		
Órgão de Vinculação: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE		Código SIORG: 001927
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA		
Denominação completa: SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR/MMA.		
Denominação abreviada: SEDR/MMA		
Código SIORG: 92930	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 440040- SEDR
Situação: ATIVA		
Natureza Jurídica: ÓRGÃO PÚBLICO FEDERAL		
Principal Atividade: GESTÃO AMBIENTAL		Código CNAE: 8412-4/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 2028.1092 e 028.1093	FAX (061) 2028.1481
Endereço eletrônico: sedr@mma.gov.br		
Página da Internet: http://www.mma.gov.br		
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, bloco “B” - 7º andar - Brasília-DF - CEP: 70.068-900.		
NORMAS RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA		
NORMAS DE CRIAÇÃO E ALTERAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA		
Lei nº. 10.683/2003, de 28/05/2003 (DOU de 29/05/2003) e Decreto nº. 6.101, de 26/04/2007 (DOU de 27/04/2003).		
OUTRAS NORMAS INFRALEGAIS RELACIONADAS À GESTÃO E ESTRUTURA DA UNIDADE JURISDICIONADA		
Portaria n.º 292, de 23/05/2007 (DOU de 28/05/2007).		
UNIDADES GESTORAS E GESTÕES RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA		
UNIDADES GESTORAS RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA		
Código SIAFI	Nome	
440108	BOLSA VERDE/SEDR	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
001551	TESOURO	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão
440001		00001
440002		00001
440108		00001

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

2.1 - RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR) foi criada com a missão de promover a transição à sustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento agrícola e rural do País, tendo como referência estratégica a redefinição dos processos de ocupação e uso do território e dos recursos naturais. O cumprimento dessa missão passa pela capacidade de superar a dicotomia entre produção e proteção ambiental, mediante a integração dos objetivos e instrumentos das políticas ambiental e agrícola dentro do marco geral do desenvolvimento sustentável. Para além dessa (re)conciliação, a transição pressupõe alta capacidade de interação e integração entre todas as políticas que incidem sobre o rural, alinhadas com base nos princípios da transversalidade ambiental e da responsabilidade compartilhada presentes no Pacto Federativo e no Sisnama.

Sem negar os conflitos e dissensos, a missão da Secretaria depende da participação, motivação e construção de consensos mediados por uma relação democrática e menos conflituosa entre a política ambiental e as populações rurais. Assim, a transição para a sustentabilidade do rural é entendida e conduzida como parte estruturante do projeto de desenvolvimento nacional em curso, cujo objetivo central é assegurar o crescimento econômico com redução das desigualdades sociais, da pobreza e da fome, com conservação dos recursos naturais e da capacidade produtiva dos ecossistemas.

Neste contexto, as ações da SEDR voltam-se para enfrentar um duplo desafio: por um lado, reverter o estágio atual de degradação dos ecossistemas provocada pela agropecuária, e por outro, mas ao mesmo tempo, promover, difundir e consolidar formas e estilos de agricultura e desenvolvimento rural praticados em bases sustentáveis. Em qualquer caso, o foco da intervenção é o uso adequado da terra e dos recursos naturais, seja nas áreas de agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária, Terras Indígenas ou comunidades extrativistas, seja nas áreas de produção agropecuária de tipo patronal/empresarial de grande escala. Assim, reconhece-se a pluralidade do rural (produtiva, sociocultural, ecológica e territorial) e a dualidade do modelo agrícola do País, da mesma forma que se reconhece a necessidade de adequar uma agenda ambiental positiva e indutiva da sustentabilidade às distintas realidades e demandas dos grupos sociais.

Em termos metodológicos e operacionais, as ações da Secretaria são definidas e implementadas a partir de duas dimensões, todavia, entendidas como partes do mesmo processo de transição para a sustentabilidade: uma territorial e outra temática. Em relação à primeira, o principal foco é o planejamento integrado do uso e ocupação do território mediante a combinação de instrumentos como o Zoneamento Ecológico-Econômico, o Zoneamento Agrícola, a Agenda 21 e os Planos Diretores. A meta é reverter a expansão desordenada da agropecuária e demais atividades sobre os ecossistemas, indicar as medidas de recuperação dos passivos e estabelecer diretrizes para a ocupação e para a intensificação da produção nas áreas convertidas. Nessa abordagem, assume-se como prioridade o planejamento e gestão ambiental territorial de espaços geográficos sob intensa pressão ou que apresentam alta vulnerabilidade a processos naturais ou antrópicos, como é o caso de áreas em processo de desertificação, bacias hidrográficas degradadas, frentes de desmatamento pela

expansão da agropecuária e a zona costeira.

Assim, foi dada seqüência à elaboração do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Brasil tendo como área de execução o bioma Cerrado – conforme previsto no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no bioma Cerrado. Ademais, em atenção ao pacto federativo, tem-se mantido estreito diálogo com diversas unidades da federação, de modo a colaborar na execução e implementação de suas respectivas iniciativas de ZEE. Em 2011, 18 estados contaram com o apoio técnico ou financeiro do Ministério do Meio Ambiente e das instituições que compõem o Consórcio ZEE Brasil.

Em relação às áreas em processo de desertificação, deu-se continuidade à implementação dos Planos Estaduais de Combate a Desertificação em 11 Estados por meio da aprovação de 30 projetos em parceria com o Fundo Brasileiro para Biodiversidade, Fundo Clima e Fundo Social da Caixa Econômica Federal .

No domínio da agenda temática, estão as competências de formulação de políticas, diretrizes, critérios, normas, metodologias e instrumentos que promovam a internalização da sustentabilidade ambiental no conjunto das políticas públicas relacionadas com a missão da Secretaria, bem como na tomada de decisões dos agentes privados. Especial atenção é dedicada ao estabelecimento de parâmetros e salvaguardas ambientais na formulação de políticas e planos que determinam as trajetórias tecnológicas e produtivas no meio rural, tais como a política de crédito rural e os planos agrícolas.

Neste contexto surge o Mais Ambiente, programa do Governo Federal de apoio à regularização ambiental das propriedades e posses rurais do País que visa atender aos dispositivos da legislação no que tange ao controle, fiscalização e monitoramento da qualidade ambiental da propriedade rural, promovendo a manutenção e recuperação de áreas de proteção permanente (APP) e da reserva legal (RL) degradadas.

Entre os instrumentos de regularização ambiental desse Programa está o Cadastro Ambiental Rural - CAR, que é um sistema eletrônico de identificação georreferenciada da propriedade ou posse rural, contendo a delimitação das áreas de preservação permanente, da reserva legal e remanescentes de vegetação nativa, localizadas no interior do imóvel, para fins de controle e monitoramento. O CAR encontra-se em teste, aguardando a formalização de parcerias com os Estados para alimentação do mesmo e posterior adesão dos proprietários de imóveis rurais.

No que tange à meta do atual governo de erradicar a pobreza, perseguida por meio do Plano Brasil sem Miséria, é necessária uma política ambiental diferenciada para a agricultura familiar e camponesa, associada à produção de alimentos e à segurança alimentar. Essa política deve apoiar a adequação ambiental dos estabelecimentos rurais, contribuir para assegurar o acesso a terra e aos recursos naturais, valorizar as formas de gestão comunitária dos recursos e alavancar a transição agroecológica dos sistemas de produção agrícola.

Neste escopo, uma relevante inovação foi trazida pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que criou, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, o Programa de Apoio à Conservação Ambiental, conhecido como Bolsa Verde, com o objetivo de integrar políticas de combate à extrema pobreza com a conservação ambiental. Entre outubro e dezembro de 2011, 9.168 famílias em situação de extrema pobreza que desenvolvem atividades de uso sustentável dos recursos naturais foram beneficiadas pelo

Programa, totalizando uma área de 14.605 milhões de ha em 33 Unidades de Conservação e 140 Projetos de Assentamento Ambientalmente Diferenciados.

Como demonstrado, para além do esforço de ecologização das políticas públicas, a SEDR envidou esforços na formulação de uma nova geração de políticas agroambientais e implementou políticas públicas que culminaram em substanciais avanços no campo do desenvolvimento rural sustentável, com intuito de reestabelecer a interdependência entre agricultura e meio ambiente.

2.2 - ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.

O exercício de 2011 foi marcado por intensa interlocução com a sociedade civil organizada, notadamente em torno do Programa Mais Ambiente, Bolsa Verde e do Plano Nacional de Agroecologia, focos principais da atuação da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Em que pese ter sido um ano atípico, em razão da mudança de governo e das alterações dos quadros de dirigentes e da gestão do Ministério do Meio Ambiente, procurou-se aprofundar o debate ambiental sobre as áreas de competência de UJ, com redução de escopo de temas. Dessa forma, buscou-se a obtenção de resultados mais expressivos e menos numerosos em detrimento de um número maior de resultados medianos.

Assim, esta UJ alinhou suas estratégias de atuação com as prioridades do governo federal: participou ativamente da discussão do novo Código Florestal, o qual apresenta impacto direto na implementação do Programa Mais Ambiente de regularização ambiental rural e cooperou para a execução do Programa Brasil sem Miséria no que tange ao público extrativista e de agricultores familiares, por meio da implantação do Programa Bolsa Verde.

Em função da transversalidade dos temas sob responsabilidade desta UJ, a SEDR intensificou a articulação com diversas pastas ministeriais, em ações de integração de políticas públicas. Importantes políticas de desenvolvimento econômico e social estão sob coordenação de pastas ministeriais que, a partir da interlocução, passam a adotar condicionantes ambientais na formulação de suas políticas. Por outro lado, a integração e coordenação de iniciativas complementares de diversas pastas ministeriais é imprescindível para evitar a dispersão e pulverização dos recursos financeiros e humanos, para aprimorar sua alocação entre as entidades parceiras e para tornar suas iniciativas mais efetivas.

Portanto, os gastos da unidade são executados em favor da interlocução, da parceria, culminando em políticas e ações cada vez mais integradas, tendo em vista que os ativos ambientais suportam o desenvolvimento do país e assim, as políticas sociais e de desenvolvimento, principalmente no meio rural, foco de atuação da unidade, devem ser irrigadas por condicionantes de uso sustentável desses bens.

2.3 - PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ.

2.3.1- EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

Esta UJ possui 04 programas de governo sob sua responsabilidade, a saber: 1145 – Comunidades Tradicionais; 1426 – Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade; 1080 – Combate à Desertificação; e 0512 – Zoneamento Ecológico Econômico.

2.3.1.1. Programa 1145 – Comunidades Tradicionais.

Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo						
Código no PPA	1145					
Denominação	Comunidades Tradicionais					
Tipo do Programa	Finalístico					
Objetivo Geral	Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.					
Objetivos Específicos	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais, dinamizando as atividades produtivas e incentivando o uso sustentável dos ambientes que ocupam, por meio da valorização da cultura e das formas de organização social.					
Gerente	Roberto Ricardo Vizentin					
Público Alvo	Comunidades e entidades representativas de populações tradicionais					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada Inicial	Dotação Final		Despesa Empenhada Inicial	Dotação Final
Inicial	Final					
4.168.100	14.168.100	5.179.819,08	4.085.165,62		1.078.283	4.085.165,62
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Comunidades Tradicionais com Beneficiamento da Produção	31/07/2005	4,27	50,33	50,33	49,98
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número total de comunidades tradicionais apoiadas que realizam o beneficiamento de seus produtos e o número total de comunidades tradicionais apoiadas.						
Análise do Resultado Alcançado						
Em relação à execução financeira, o total de recursos da LOA mais créditos adicionais correspondeu à R\$14.168.100,00; dos quais R\$10.000.000,00 referiam-se ao crédito especial do Bolsa Verde, R\$749.900,00 à emendas parlamentares; restando R\$3.418.000,00 para as demais ações do programa. Posto isso, foram empenhados R\$ 5.179.819,00 e liquidados e pagos R\$4.085.166, correspondendo a uma execução de 30,45%						

do total do orçamento. R\$1.094.653,00 foram inscritos em Restos a Pagar e 55% desse valor deverá ser pago em 2012. É necessário enfatizar que desse cálculo foram extraídas as emendas parlamentares, na medida em que não foi disponibilizado recurso para sua execução.

Com relação à execução física, por meio da parceria com MDA, MDS, CONAB e PNUD foram alcançados os seguintes resultados conjuntos: a) mais de 42 mil Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP"s) para extrativistas emitidas; e b) 429 famílias foram incluídas na Relação de Beneficiários Extrativistas (REB); c) promoção de 18 Arranjos Produtivos Locais (APLs) de produtos extrativistas, a maioria em estágio avançado de implementação; d) mais de 23 mil famílias beneficiadas com a aquisição de aproximadamente seis mil toneladas de produtos da sociobiodiversidade, sendo pago 6,7 milhões de reais; e) 5.500 famílias agroextrativistas beneficiadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), representando aproximadamente 16,8 milhões de reais; f) 9.168 famílias beneficiadas pelo Bolsa Verde, as quais estão inseridas em 33 Unidades de Conservação e 140 Projetos de Assentamento Ambientalmente Diferenciados, totalizando uma área de 14.605 milhões de ha; g) monitoramento da tramitação do Projeto de Lei 7447 de 2010, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais.

Fonte: Sigplan

2.3.1.2. Programa 1426 - Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade

Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Código no PPA	1426					
Denominação	Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade					
Tipo do Programa	Finalístico					
Objetivo Geral	Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.					
Objetivos Específicos	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais.					
Gerente	Roberto Ricardo Vizentin					
Público Alvo	Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
29.427.145,00	29.427.145,00	15.812.443,00	10.629.220,00	3.419.662	10.254.260,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira	28/02/2003	0,08	0,21	0,21	Sem apuração
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de hectares com produção orgânica e o número total de hectares com produção agropecuária nacional.						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>Em 2011 foram desenvolvidos grandes esforços envolvendo todas as ações deste programa na discussão e planejamento das atividades concernentes à definição das novas metas para o Programa Plurianual do Governo Federal para o período de 2012-2015.</p> <p>No segundo trimestre de 2011 foi publicado o livro ""Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial - Plantas para o Futuro - Região Sul". Esse livro faz parte de uma das iniciativas que o Ministério do Meio Ambiente vem conduzindo em prol da promoção do uso sustentável dos recursos genéticos, estimulando, assim, a conservação e a ampliação do conhecimento existente sobre a biodiversidade nativa.</p> <p>Devido a mudanças na política pública para o meio rural e ambiental, no período de vigência da Ação, dentre elas a publicação do Decreto Federal 7.029/2009, que instituiu o Programa Mais Ambiente, cujo objetivo é promover e apoiar a regularização ambiental de imóveis rurais, o Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável, órgão coordenador da Ação 8308 e do Programa Mais Ambiente, refez seu planejamento de execução visando atender as demandas: implantar 66 unidades territoriais e celebrar parcerias com Órgãos Públicos e Organizações Não Governamentais a fim de alcançar maior capilaridade de execução do Mais Ambiente, haja vista que o orçamento do Departamento não foi suplementado. As atividades foram estrategicamente direcionadas para: capacitação; fortalecimento de instituições públicas; promover a restauração da cobertura florestal nas Áreas de Preservação Permanente - APP e Reserva Legal - RL;</p>						

elaboração dos subprogramas previstos no Programa Mais Ambiente e Desenvolvimento do sistema de cadastramento ambiental rural de propriedades rurais. Sendo assim, no SIGPLAN, a ação aponta 83,51% de execução financeira. Cabe enfatizar, a execução financeira não atingiu 100% em função do montante de recursos que foi disponibilizado de R\$ 7.466.209,00.

Várias atividades foram desenvolvidas em diversas regiões do país visando a difusão da agricultura e do consumo de produtos orgânicos, como feiras, cursos, treinamentos e elaboração de regramentos legais que dão suporte a este modelo de produção.

No caso específico da avaliação pelo indicador, este acabou por não ser apurado com a precisão necessária devido a uma série de dificuldades técnicas para sua obtenção. Assim, o levantamento dessa informação não se configurou na forma mais adequada para a análise de evolução do programa.

Os principais avanços do Programa Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade foram a expansão da produção e do consumo de produtos orgânicos, bem como a tratativa dos temas de forma conjunta e complementar pelo MMA, MDA, MAPA, MDS e Embrapa, culminando na elaboração do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, os quais serão implementados no PPA 2012-2015, principalmente por meio dos Programas Biodiversidade e Agricultura Familiar.

Fonte: Sigplan

2.3.1.3. Programa 1080 - Combate à Desertificação

Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo						
Código no PPA	1080					
Denominação	Combate à Desertificação					
Tipo do Programa	Finalístico					
Objetivo Geral	Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional					
Objetivos Específicos	Promover a queda contínua e consistente do desmatamento, o combate à desertificação e a conservação da biodiversidade em todos os biomas brasileiros					
Gerente	Roberto Ricardo Vizentin					
Público Alvo	População das Áreas Susceptíveis à Desertificação - ASD					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
16.824.183	16.824.183	1.249.019	386.106	826.451	386.106	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	km ²	01/03/2005	9.750	402.509	190.869	80.201
Fórmula de Cálculo do Índice						
Somatório das áreas com efetivas intervenções, visando o combate à desertificação. Áreas estas atendidas por intervenções que visem o combate à desertificação de acordo com as definições da UNCCD adaptadas ao Brasil, segundo critérios aprovados em GT Interministerial convocado pelo MMA.						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>O contingenciamento no exercício foi correspondente a mais de 90% dos recursos orçamentários. Contudo, foram aprovados 30 projetos em função de parcerias e da construção de instrumentos outros, como o Fundo Brasileiro para Biodiversidade (Recursos de Conversão da Dívida Americana), Fundo Clima e Fundo Social da Caixa Econômica Federal (por meio do Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA), entre outros.</p> <p>Dentro das atuais diretrizes do governo brasileiro para a construção de metodologias técnicas e científico de avaliação de seus planos e programas, o departamento de Combate à Desertificação e Recuperação de Áreas Degradadas – DCD em parceria com a cooperação técnica internacional com o IICA no âmbito do MERCOSUL e do Programa Regional para América Latina da UNCCD está realizando, desde 2011, o alinhamento do plano nacional e dos programas decorrentes frente às recomendações da UNCCD. Por outro lado, cabe destacar a Portaria Interministerial MMA MCT Nº 92-A, de 30 de março de 2010 que Instituiu a Rede sobre Desertificação do Semiárido Brasileiro - Rede Desertificação e estabeleceu os elementos norteadores, bem como os mecanismos de supervisão, acompanhamento e avaliação de suas atividades, com relevância para construção e validação de indicadores. Esta UJ também retomou seus compromissos junto a ABNT, para a coordenação técnica nacional para desenvolver uma Norma Internacional da Série ISO 14000 sobre Desertificação e Degradação dos Solos.</p> <p>Em parceria com a cooperação alemã (GTZ/GIZ) e o IICA, esta UJ apoiou a elaboração dos Planos Estaduais de Combate a Desertificação em 11 Estados: todos estão elaborados e pautam as iniciativas dos instrumentos de fomento que abrange uma área correspondente a 1.338.076 Km² e refletiriam adequadamente a atuação da UJ no tocante ao tema.</p>						

Além disso, um conjunto de iniciativas vem sendo desenvolvidas pelo Departamento (DCD) visando à institucionalização das ações para o combate a desertificação e recuperação de áreas degradadas, dentre elas destacamos:

- A implantação Sistema de Alerta Precoce de Secas em parceria com o MCT, por meio do INSA e do INPE para definir uma modelagem para prevenção de secas. Essa iniciativa se inseri no âmbito do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN.
- O acompanhamento e a interlocução conjuntamente com a Assessoria Parlamentar ASPAR do Projeto de Lei nº 2.447 de 2007 que institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, que visa atender aos compromissos perante a Convenção das Nações Unidas (UNCCD), bem como dotar o país de legislação e institucionalidade específica para a temática.
- Parcerias com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Desenvolvimento Agrário, Integração Nacional, Minas e Energia e Ciência e Tecnologia, entre outros, para implementação de ações para promover o combate à desertificação, recuperação de áreas degradadas, o uso sustentável, a agroecologia, a eficiência e o uso sustentável da energia de biomassa, sempre com foco na inclusão social, no desenvolvimento local e na sustentabilidade ambiental;
- Elaboração de ações temáticas nos Programas do PPA 2012 a 2015 e na LOA 2012: Nesse sentido, o Departamento (DCD) participou ativamente na definição junto com outros atores institucionais da definição de missão, diretrizes, estratégias, iniciativas e objetivos para focar na transição agroecológica e na questão energética para reverter o quadro de degradação do semiárido com alternativas econômicas e socioambientais inclusivas

Portanto, os resultados alcançados em 2011 foram, em relação aos recursos financeiros efetivamente disponibilizados, proporcionalmente além das possibilidades.

Por fim, o indicador desse programa refere-se às áreas atendidas por intervenções de combate à desertificação decorrentes de projetos apoiados pelo MMA por meio de seus instrumentos de fomento (Fundo Nacional de Meio Ambiente e Fundo Clima), e a parceria com o Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal. Como pode ser observado na tabela acima, ao final do ciclo do PPA 2008-2011, as áreas atendidas pelo programa somaram uma superfície de 402.509 Km², que corresponde a 30% das Áreas Susetíveis à Desertificação (ASD). No entanto, a metodologia desse indicador não é a mais adequada para aferição da efetividade do programa, posto que não pactua com as atuais diretrizes do governo brasileiro frente ao tema e carece de caráter científico, o qual poderia ser propiciado pela formação oficial de um grupo técnico vinculado às instituições de pesquisas, coordenado pelo Instituto Nacional do Semiárido (INSA/MCT), pelo Departamento de Combate à Desertificação (DCD/MMA) e também pela ABNT, sob coordenação técnica do MMA e parceiros. Além disso, se o foco de avaliação do programa fosse alterado para a abrangência geográfica das políticas implementadas, os Planos Estaduais de Combate a Desertificação de 11 Estados, já elaborados, que correspondem a uma diretriz de gestão para os 1.338.076 Km² das Áreas Susceptíveis a Desertificação (ASD), refletiriam adequadamente a atuação da UJ no tocante ao tema.

Com relação às restrições políticas, institucionais e de pessoal, há um alto nível de qualificação da equipe, por seu turno, é necessário fortalecer a estrutura institucional para que corresponda às necessidades do tema, o estabelecimento de uma organização formal com definição de coordenações gerais (há necessidade de no mínimo três), igualmente de coordenações (há necessidade de no mínimo seis), além de ampliação do quadro do departamento responsável pela área.

Fonte: Sigplan

2.3.1.4. Programa 0512 - Zoneamento Ecológico Econômico

Código no PPA	0512					
Denominação	Zoneamento Ecológico Econômico					
Tipo do Programa	Finalístico					
Objetivo Geral	Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional					
Objetivos Específicos	Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do País					
Gerente	Roberto Ricardo Vizentin					
Público Alvo	PAgentes de planejamento e gestão ambiental (locais, regionais, nacionais) e agentes econômicos e sociais (segmentos produtivos, agências de controle e de fomento, investidores, trabalhadores)					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
5.039.025,00	5.039.025,00	1.941.945,00	974.556,00	1.649.750	974.556,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Zoneamento do Território Nacional	31/12/03	16	72	67	72
Fórmula de Cálculo do Índice						
<p>Área do território nacional continental com proposição de diretrizes de uso e ocupação (ZEE) / área do território nacional continental X 100.</p> <p>Observação:</p> <p>Inicialmente, cabe mencionar que o indicador do Programa 0512 – Zoneamento Ecológico-Econômico faz referência à porcentagem da área do território nacional continental com proposição de diretrizes de uso e ocupação, sem especificar a escala mínima de elaboração dos projetos de ZEE e a necessidade de sua institucionalização por meio de algum ato normativo.</p> <p>Dessa forma, de modo a objetivar a mensuração desse indicador, o valor apresentado abaixo corresponde aos projetos de ZEE elaborados em uma escala de trabalho de, pelo menos, 1:1.000.000 e instituídos por algum ato normativo (lei ordinária, decreto do poder executivo, resolução dos órgãos ambientais, etc.), de modo a estimular a institucionalização do ZEE como instrumento de planejamento e gestão ambiental territorial.</p> <p>Sendo assim, os projetos de ZEE considerados estão discriminados na tabela abaixo:</p>						

Projeto	Instrumento normativo que o institui	Área do território nacional abrangida pelo projeto
Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal*	Decreto federal nº 7.378/2010	61,3%
Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Mato Grosso do Sul	Lei estadual nº 3.839/2009	4,2%
Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Minas Gerais	Deliberação Normativa nº 129/2008, do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)	6,9%
Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Norte do Estado de São Paulo	Decreto estadual nº 49.215/2004	não representativo (inferior a 0,1%)
	TOTAL	72,4%

* Vale mencionar que os estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima, integrantes da Amazônia Legal, também possuem projetos de ZEE compreendendo a totalidade de seus territórios e instituídos por leis ordinárias estaduais. (Acre: Lei estadual nº 1.904/2007; Amazonas: Lei estadual nº 3.417/2009; Mato Grosso: Lei estadual nº 9.523/2011; Pará: Lei estadual nº 6.745/2005; Rondônia: Lei complementar estadual nº 233/2000 e nº 312/2005; Roraima: Lei complementar estadual nº 143/2009 e nº 144/2009).

Portanto, o indicador do Programa 0512 que em 31 de dezembro de 2011 era de 72,4%, superou o índice previsto de 67%. No entanto, a falta de critérios objetivos para sua aferição fez com que os valores obtidos ao longo dos últimos anos apresentassem divergências de um ano para o outro. Dessa forma, foi feita retificação desses valores e solicita-se que seja considerada somente a série histórica apresentada no quadro análise de indicadores do SIGPLAN ou os valores aqui apresentados.

Análise do Resultado Alcançado

É importante ressaltar o prejuízo às atividades previstas no âmbito deste programa em decorrência da redução dos recursos humanos e financeiros disponíveis. A diminuição brutal da equipe de ZEE que ficou reduzida a uma pessoa e a redução de custeio de diárias e passagens trouxe um impacto significativo sobre o sucesso das ações previstas, levando em conta, principalmente, que tanto as ações de elaboração de ZEE quanto as ações necessárias para implementação do Gerenciamento Costeiro do país são ações de abrangência territorial que exigem presença física da equipe nos diferentes espaços geográficos.

Apesar disto, este aparente momento de crise não imobilizou a equipe, que desenvolveu um conjunto de atividades extremamente importantes para preparar o cenário para o ano de 2012, conforme pode ser verificado na descrição das ações desenvolvidas abaixo. Além disso, mesmo com as limitações mencionadas, produziu um conjunto impressionante, de ações catalíticas no plano federal e no aspecto federativo, fortalecendo parcerias, participando e/ou coordenando ativamente um conjunto razoável de colegiados, fortalecendo a ação de vários estados, aprofundando as estratégias de transferência de tecnologias bem como a elaboração do PPA 2012-15, que culminou com a proposição e aprovação do novo Programa Temático Mar, Zona Costeira e Antártica.

2.3.2 EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Nº	Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012 ¹
1	18	541	1145	200I	A	4	Organização apoiada	5	0 ³	não se aplica
2	18	541		6040	A	4	Cadeia assistida	9	2	não se aplica
3	18	128		6060	A	4	Pessoa capacitada	200	150	não se aplica
4	18	541		6087	A	4	Projeto apoiado	9	1	não se aplica
5	18	541		6230	A	4	Comunidade atendida	3	0 ³	não se aplica
6	18	541		20GF	A	4	Família beneficiada	18.000	9.168	não se aplica
7	18	122		2272	A	4	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica
8	18	541	0150	8671	A	4	Projeto assistido	8	7	não se aplica
9	18	541		6063	A	4	Projeto apoiado	5	7	não se aplica
10	18	541	1426	6061	A	4	Projeto apoiado	138	130	não se aplica
11	18	127		8308	A	4	Unidade apoiada	66	0 ²	não se aplica
12	18	541	1166	8990	A	4	Projetos desenvolvidos	1	0	não se aplica
13	18	541	1080	8906	A	4	Estado Apoiado	11	11	não se aplica
14	18	541		200H	A	4	Família atendida	36	36	não se aplica
15	18	128		4971	A	4	Pessoa capacitada	828	828	não se aplica
	18	122		2272	A	4	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica
16	18	127	0512	7413	P	4	Projeto Executado	3	0	não se aplica
17	18	126		7965	P	4	Sistema Instalado	7	2,98	não se aplica
	18	122		2272	A	4	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica
18	18	542		8896	A	4	Projeto executado	1	1	não se aplica
19	18	541	0794	6642	A	4	Município apoiado	10	7	não se aplica

Fonte: SIGPLAN e LOA 2011.

¹ Em função do novo PPA 2012-2015, as ações foram redesenhadas, alinhando o planejamento ao contexto atual, mas impossibilitando a comparabilidade de metas.

² Ver observação apresentada na página 24.

³ Devido a um equívoco no preenchimento no SIGPLAN estas Ações ficaram com metas realizadas zero. De fato, as Ações foram executadas e as metas realizadas, conforme texto explicativo abaixo.

AÇÕES NO PROGRAMA 1145 - COMUNIDADES TRADICIONAIS

2.3.1.5. Ação 200I - Apoio às Organizações das Comunidades Tradicionais

A ação Apoio às Organizações das Comunidades Tradicionais - 200I -0001, do programa Comunidades Tradicionais - 1145 é executada pelo Departamento de Extrativismo da Secretaria Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA. Em 2011, a ação tinha orçamento previsto de R\$852.900,00 na LOA. Do total do limite previsto, foram liberados e empenhados R\$ 415.776,00 e pagos recursos no valor de R\$ 227.261,00. O valor restante foi inscrito em restos a pagar, aguardando recursos financeiros para liquidação e pagamento.

Foram realizadas 2 Reuniões Ordinárias da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo decreto de 13 de julho de 2006, cuja secretaria-executiva está a cargo do Ministério do Meio Ambiente. Também foi lançada chamada pública para realização de convênio para Projeto de Formação da Rede Nacional de Organizações Representativas de Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil.

Parte do recurso dessa ação também foi destinada ao pagamento de pessoal temporário envolvido diretamente na ação, como, análise de projetos, análise de solicitações de remanejamentos de recursos, análise em prestação de contas e relatórios técnicos de execução física dos projetos, orientações gerais às entidades que possuem projetos em execução, participação em eventos relacionados com o público alvo do programa, dentre outros.

A meta física foi amplamente alcançada, também com a participação de parcerias, mas não houve o preenchimento adequado no Sigplan, o que explica a aparente discrepância.

2.3.1.6. Ação 6040 - Assistência à Produção e à Comercialização de Produtos da Sociobiodiversidade

A ação Assistência à Produção e à Comercialização de Produtos da Sociobiodiversidade - 6040, do programa Comunidades Tradicionais - 1145 é executada pelo Departamento de Extrativismo da Secretaria Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA. Em 2011, a ação tinha orçamento previsto de R\$ 300.000,00 na LOA. Do total do limite previsto, foram liberados e empenhados R\$ 50.000,00, mas não houve valor pago. O valor foi inscrito em restos a pagar, aguardando recursos financeiros para liquidação e pagamento.

No primeiro, segundo e terceiro trimestres não foram disponibilizados recursos para esta ação. Os recursos foram aportados por parceiros locais e pelo Instituto Sociedade, População e Natureza.

Foram realizadas atividades de apoio ao desenvolvimento de cadeias de produtos da sociobiodiversidade e arranjos produtivos locais com foco na agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis.

No ano de 2011 foram realizadas as seguintes atividades:

- Realização, em março e maio, das reuniões do Núcleo Gestor do APL da piaçava no território Baixo Sul, em Camamu/BA.
- Realização, em abril e junho, das reuniões do Núcleo Gestor do APL do pequi no norte de Minas Gerais, em Montes Claros/MG.

Diversas ações para estruturação de 19 Arranjos Produtivos Locais de produtos da sociobiodiversidade foram realizadas. Todos estes APLs foram mapeados e comitês gestores locais estão sendo implementados. A meta

física foi amplamente alcançada com a participação de parceiros, mas não houve o preenchimento adequado no Sigplan.

2.3.1.7. Ação 6060 - Capacitação de Comunidades Tradicionais

A ação Capacitação de Comunidades Tradicionais - 6060, do programa Comunidades Tradicionais - 1145 é executada pelo Departamento de Extrativismo da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA. Em 2011, a ação tinha orçamento previsto de R\$ 100.000,00 na LOA. Do total do limite previsto, foram liberados e empenhados R\$ 69.378,00 e pagos recursos no valor de R\$ 69.378,00.

Os eventos, no primeiro e segundo trimestres, foram realizados com apoio do MAPA, são eles:

- Apoio à realização das Oficinas de construção de diretrizes de boas práticas de manejo do Caroá, do Buriti e do Baru, em Brasília/DF.
- Apoio à realização da Oficina de construção de diretrizes de boas práticas de manejo do pequi, em Brasília/DF.
- Apoio à realização das Oficinas de construção de diretrizes de boas práticas de manejo da Carnaúba, em Teresina/PI.
- Apoio à realização das Oficinas de construção de diretrizes de boas práticas de manejo da Borracha, em Manaus/AM.

Os recursos disponibilizados nos terceiro e quarto trimestres foram destinados ao pagamento de temporários que realizam atividades diretamente relacionadas com a ação.

A meta física foi apenas parcialmente alcançada com atividades apoiadas diretamente por conta da limitação nos recursos efetivamente liberados e pagos. Porém, devido à ação de parceiros a meta física pôde ser alcançada.

2.3.1.8. Ação 6087 - Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Tradicionais

A ação Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Tradicionais – 6087 - 0001, do programa Comunidades Tradicionais - 1145 é executada pelo Departamento de Extrativismo da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA. Em 2011, a ação tinha orçamento previsto de R\$ 565.200,00 na LOA. Do total do limite previsto, foram liberados e empenhados R\$ 534.044,00 e pagos recursos no valor de R\$ 21.288,00. O valor restante foi inscrito em restos a pagar, aguardando recursos financeiros para liquidação e pagamento.

No primeiro, segundo e terceiro trimestres não foram disponibilizados recursos para esta ação. Os recursos disponibilizados foram gastos com pagamento de temporários que realizam atividades diretamente relacionadas com a ação.

Foi contratado e pago o projeto ACESSO A POLÍTICAS DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS AOS PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE, com recursos operacionalizados por meio do projeto PNUD BRA 08/012.

A meta física foi parcialmente alcançada devido a limitações financeiras. A presença de parcerias permitiu reduzir este hiato. Porém, não houve o preenchimento adequado no Sigplan, o que explica a aparente discrepância.

2.3.1.9. Ação 6230 - Gestão Ambiental em Terras Quilombolas

A ação Gestão Ambiental em Terras Quilombolas – 6230 do programa Comunidades Tradicionais – 1145 é executada pelo Departamento de Extrativismo da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA. Em 2011, a ação tinha orçamento previsto de R\$ 80.000,00 na LOA. Do total do limite previsto, foram liberados e empenhados R\$ 73.000,00 e pagos recursos no valor de R\$ 73.000,00.

No primeiro trimestre não foram disponibilizados recursos para esta ação. Os recursos disponibilizados nos meses de junho, julho, agosto, outubro e novembro foram gastos com pagamento de temporários que realizam atividades diretamente relacionadas com a ação.

A meta física foi amplamente alcançada, também com a participação de parcerias, mas não houve o preenchimento adequado no Sigplan, o que explica a aparente discrepância.

2.3.1.10. Ação 20GF - Pagamento a Famílias em Situação de Extrema Pobreza pela Prestação de Serviços de Conservação de Recursos Naturais no Meio Rural – Plano Brasil sem Miséria

A ação Pagamento a Famílias em Situação de Extrema Pobreza pela Prestação de Serviços de Conservação de Recursos Naturais no Meio Rural - Plano Brasil sem Miséria – 20GF do programa Comunidades Tradicionais – 1145 é executada pelo Departamento de Extrativismo da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA. Em 2011, a ação tinha orçamento previsto de R\$ 10.000.000,00 na LOA. Do total do limite previsto, foram liberados e empenhados R\$ 2.764.804,00 e pagos recursos no valor de R\$ 2.763.626,00. O restante do recurso foi retido pela SPOA/MMA.

O pagamento do benefício foi precedido de várias articulações e estratégias, para que no menor prazo possível as famílias fossem beneficiadas, dentro dos critérios sociais e ambientais, conforme estabelecido na MP 535 de 06/06/11e Lei 12.512 de 14/10/2011. Para tanto, foi decidido que um dos critérios sociais seria atender famílias, já beneficiárias do Bolsa Família, com renda menor que R\$ 70,00. Das 80.337 famílias cadastradas pelo ICMBio e INCRA, somente 20.806 famílias estavam de acordo com o critério social estabelecido. No entanto, ao passar pelos critérios ambientais, esse número se reduziu para 18.819. Essas famílias estão inseridas em 33 Unidades de Conservação e 140 Projetos de Assentamento Ambientalmente Diferenciados, em uma área de 14.605 milhões de ha.

Foi priorizado, inicialmente, o pagamento às famílias localizadas em Unidades de Conservação com algum tipo de Instrumento de Gestão e Projetos de Assentamento Diferenciado com mais de 50 beneficiários, ambos localizados na Amazônia Legal.

A execução física (50,93%) da ação superou a execução financeira (27,64%) porque as famílias que entraram no programa mais próximo do final do ano não chegaram a receber todas as parcelas em que é pago o benefício. Por sua vez, dificuldades de várias ordens para o cadastramento das famílias explicam os números da execução física até o momento. Ressalte-se, porém, que estratégias conjuntas entre MMA, MDS, ICMBio e INCRA para obtenção e cruzamento de dados estão sendo elaboradas e executadas a fim de suprimir o hiato entre a meta prevista inicialmente, visando também alcançar aqueles beneficiários que, por algum motivo, ainda não tiveram acesso ao benefício. Com estas iniciativas a meta será amplamente superada no próximo exercício.

AÇÕES NO PROGRAMA 0150 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

2.3.1.11. Ação 8671 - Fomento à Gestão Ambiental em Terras Indígenas

A ação Fomento à Gestão Ambiental em Terras Indígenas – 8671 do programa Proteção e Promoção dos Povos Indígenas – 0150 é executada pelo Departamento de Extrativismo da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA. Em 2011, a ação tinha orçamento previsto de R\$1.306.767,00 na LOA. Do total do limite previsto, foram liberados e empenhados R\$ 1.306.767,00 e pagos recursos no valor de R\$ 147.283,00. O valor restante foi inscrito em restos a pagar, aguardando recursos financeiros para liquidação e pagamento.

Em 2011 vinte novos projetos foram contratados e sete tiveram a primeira parcela paga. A discrepância entre a meta física e a financeira explica-se em função desta ação também recepcionar recursos de parceiros, os quais foram utilizados para cumprir os objetivos previstos.

2.3.1.12. Ação 6063 - Fomento a Projetos de Gestão Ambiental dos Povos Indígenas da Amazônia (Programa-Piloto)

A ação Fomento a Projetos de Gestão Ambiental dos Povos Indígenas da Amazônia (Programa-Piloto) – 6063 do programa Proteção e Promoção dos Povos Indígenas – 0150 é executada pelo Departamento de Extrativismo da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA. Em 2011, a ação tinha orçamento previsto de R\$5.877.462,00 na LOA, mas não foram disponibilizados recursos orçamentários para esta ação.

O valor do recurso desta ação é utilizado como contrapartida, por meio do pagamento de diárias e passagens dos técnicos para acompanhamento, monitoramento e capacitação dos projetos. Os projetos apoiados pelo PDPI são financiados por recursos de doação internacional, cuja execução financeira não pode ser creditada via Siafi. Por este motivo há execução física com aparentemente baixa execução financeira.

Em 2011, foram contratados sete novos projetos superando assim a meta inicialmente prevista:

- Projeto Arucuã, Nação de Awai, Tikuna da Aldeia Bugaio
- Projeto Fortalecimento da Língua Materna Kokama
- Projeto Valorização das Mulheres Indígenas do Médio Solimões
- Projeto Sustento para o povo Kokama
- Projeto para Proteção da Terra Indígena Riozinho
- Projeto de Proteção da Terra Indígena e Manejo de Recursos Pesqueiros
- Projeto Guéa'u, Todos Juntos

AÇÕES NO PROGRAMA 1426 - CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE

2.3.1.13. Ação 8308 - Implantação de Unidades Territoriais de Gestão Ambiental Rural (GESTAR)

Houve mudanças na política pública para o meio rural e ambiental, no período de vigência da Ação, dentre elas cito a publicação do Decreto Federal 7.029/2009, que instituiu o Programa Mais Ambiente, cujo objetivo é promover e apoiar a regularização ambiental de imóveis rurais.

Com isso, o Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável, órgão coordenador da Ação 8308 e do Programa Mais Ambiente, refez seu planejamento de execução visando atender as demandas: implantar 66 unidades territoriais e celebrar parcerias com Órgãos Públicos e Organizações Não Governamentais a fim de alcançar maior capilaridade de execução do Mais Ambiente, haja vista que o orçamento do Departamento não foi suplementado.

Então, as atividades foram estrategicamente direcionadas para: capacitação; fortalecimento de instituições públicas; promover a restauração da cobertura florestal nas Áreas de Preservação Permanente - APP e Reserva Legal – RL; elaboração dos subprogramas previstos no Programa Mais Ambiente e Desenvolvimento do sistema de cadastramento ambiental rural de propriedades rurais.

Sendo assim, no SIGPLAN, a ação aponta 83,51% de execução financeira, porém não há lançamento de Unidades Territoriais Implantada. Cabe enfatizar, a execução financeira não atingiu 100% em função do recurso disponível R\$ 7.466.209,00.

Atividades executadas:

1. Desenvolvimento do sistema de cadastramento ambiental rural de propriedades rurais;
2. Articulações com os Estados da Federação, visando parceria na execução do cadastro ambiental das propriedades rurais; e
3. Estudo para implementação de 35 unidades demonstrativas distribuídas em pólos do Programa Amazônia Sem Fogo.
4. Capacitação de gestores ambientais realizada de 30/08 a 02/09, em Brasília, com a participação de 70 servidores das Oemas e do Ibama.
5. Desenvolvimento de termos de cooperação técnica com os estados da federação e encaminhamento para análise do Ibama.
6. Elaboração do termo de referência para aquisição de imagens satélites, de alta resolução, para o georreferenciamento de imóveis, visando o cadastramento das propriedades rurais no Programa Mais Ambiente.
7. Publicação, no SICONV, de Termo de convênio para a realização de:
 - i. Formação de Multiplicadores em educação Ambiental;
 - ii. Fortalecimento da gestão florestal, nos estados, para a implementação do Programa Mais Ambiente;
 - iii. Realização de cadastramento ambiental das propriedades rurais, dos agricultores familiares, atendidas pela Emater/PA, na área de influência da Operação Cidadania Xingu;
 - iv. Estruturação de viveiros de mudas, com vistas a regularização ambiental nas propriedades rurais no estado do Acre; e
 - v. Elaboração dos subprogramas do Programa Mais Ambiente: Assistência Técnica; Mudanças e Sementes e Capacitação com os membros do comitê gestor do Programa; e implementação do subprograma de Educação Ambiental com o Departamento de Educação Ambiental do MMA.
7. Formação de 450 agricultores (as) familiares atendidos por 15 cooperativas de assessoria técnica pertencentes à Rede Unicafe de ATER, para que se tornem agentes multiplicadores em desenvolvimento rural sustentável e adequação ambiental.

8. Realização de uma oficina sobre o Programa Mais Ambiente com duração de 2 dias para formar 30 lideranças; Realização de 5 Cursos Regionais com duração de 10 dias em duas etapas cada. Capacitando 250 pessoas em educação ambiental.
9. Fortalecer a SEDAM e as instituições parceiras: EMATER, SEAGRI e Prefeituras envolvidas com a implementação do CAR, para a descentralização das atividades de cadastramento ambiental rural e Capacitar técnicos e parceiros na formação de mão de obra do SIG e ferramentas operacionais do CAR.
10. Fortalecimento da gestão florestal no Estado de Pernambuco, por meio de apoio à estruturação, aprimoramento técnico e operacional dos setores competentes, visando à implantação das ações de regularização ambiental e apoio à mobilização dos beneficiários do Programa Mais Ambiente, estabelecendo assim a busca da regularização ambiental dos imóveis rurais, através de uma atuação conjunta da União (MMA e IBAMA) com o Estado de Pernambuco.
11. Projeto de apoio ao fortalecimento da gestão florestal do Estado Do ACRE para implementação do Programa Mais Ambiente.
12. Promover a restauração da cobertura florestal nas Áreas de Preservação Permanente - APP e Reserva Legal - RL, bem como apoiar a implantação de sistemas agroflorestais e o enriquecimento das florestas em regime de manejo florestal sustentável.
13. Fortalecer a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amapá (SEMA) e seu braço executor: o Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Estado do Amapá (IMAP), preparando-os para atender demanda da regularização ambiental das propriedades rurais no estado do Amapá.
14. Seleção de propostas técnicas que promovam o fortalecimento da gestão florestal dos estados para implementação do Programa Mais Ambiente, por meio do apoio à estruturação ou aprimoramento técnico e operacional dos setores competentes dos órgãos estaduais, visando à implementação das ações de regularização ambiental e apoio a mobilização e adesão dos beneficiários do Programa.
15. Aparelhar 12 unidades de ATER para cadastrar 19.643 imóveis rurais de agricultores familiares;
 - i. Capacitar os técnicos da EMATER-PARÁ, lotados nos 11 municípios que compõe a área de abrangência da Operação Cidadania do Xingu, na utilização de geotecnologias aplicadas na elaboração do Cadastro Ambiental Rural; Georreferenciar imóveis rurais de agricultores familiares, conforme a Lei Federal 11.326/2006.
 - ii. Identificar imóveis rurais de agricultores familiares atendidos pela EMATER-PARÁ;
 - iii. Identificar e quantificar os passivos florestais sob a responsabilidade dos agricultores familiares atendidos pela EMATER PARÁ;
 - iv. Identificar as culturas e as áreas produtivas dos imóveis rurais cadastrados.

2.3.1.14. Ação 6061 – Fomento a Projetos Demonstrativos na Amazônia e Mata Atlântica.

A ação Fomento a Projetos Demonstrativos na Amazônia e Mata Atlântica – 6061 do programa Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade – 1426 é executada pelo Departamento de Extrativismo da Secretaria Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA. Em 2011, a ação tinha orçamento previsto de R\$ 10.172.281,00 na LOA, mas não foram disponibilizados recursos orçamentários para esta ação.

É importante frisar que esta ação é executada principalmente com recursos de doação externa, cuja execução financeira não pode ser creditada via Siafi. Por este motivo, pode haver alta execução física sem aparente execução financeira correspondente.

Em 2011, 130 projetos foram apoiados nos biomas Amazônia e Mata Atlântica por meio desta ação, gerando alta execução física da mesma e atendendo diretamente o público beneficiário.

AÇÕES NO PROGRAMA 1080 - COMBATE A DESERTIFICAÇÃO

2.3.1.15. Ação 8906 - Apoio à Implementação do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação nas Áreas Susceptíveis à Desertificação - PAN-Brasil

Quando analisado o ano de 2011, verifica-se igualmente uma execução por meio de cooperações. A metodologia de elaboração e de monitoramento das ações desenhadas até o momento pelo aparato legal e dos órgãos de controle e monitoramento não estão adequados à realidade.

Muito foi feito com pouquíssimo recurso. Mais poderia ter sido feito se as dotações orçamentárias correspondessem a efetiva disponibilidade de recursos. Há anos a LOA vem destinando recursos de emendas parlamentares que na aparência tornaram o programa em análise robusto. Mas, de fato, nunca houve liberação de dotações, com efetiva disponibilidade.

No tocante a Ação 8906-Apoio à Implementação do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação nas Áreas Susceptíveis à Desertificação - PAN-Brasil (3 loc). Foram feitos esforços para a implementação dos 11 Planos Estaduais de Combate a Desertificação. Esses esforços foram materializados por meio de uma articulação junto aos instrumentos de fomento do MMA e de uma parceria com a CAIXA Econômica Federal, viabilizando: (a) 12 Projetos com o Fundo Clima, voltados ao manejo integrado de bacias hidrográficas e ecossistemas, eficiência energética doméstica e industrial, com investimentos de R\$ 10,3 milhões; (b) 8 Projetos com o FUMBIO, visando ações para fortalecer o processo de Conservação de ecossistemas, com investimentos de R\$ 3,7 milhões, e; (c) 7 Projetos com o Fundo Social da Caixa/FNMA, visando uma estratégia de sustentabilidade da matriz energética para indústrias de base da construção civil, com investimentos de R\$ 5,9 milhões.

2.3.1.16. Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Familiares Sustentáveis em Áreas Suscetíveis à Desertificação

Quanto a Ação 200H-Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Familiares Sustentáveis em Áreas Suscetíveis à Desertificação (1 loc). Com apoio da cooperação técnica foram elaborados 263 Projetos comunitários elaborados para serem apresentados no âmbito do PAC, que beneficiarão 10mil famílias em 5 áreas prioritárias para o combate a desertificação nas regiões de: Petrolina, Xingó, Araripe, Sudoeste Baiano e Norte de Minas Gerais.

2.3.1.17. Ação 4971 - Capacitação de Agentes Multiplicadores Locais para Combate à Desertificação

No tocante a Ação 4971 Capacitação de Agentes Multiplicadores Locais para Combate à Desertificação, foram capacitados mais de 1.300 agentes multiplicadores em mais de 40 oficinas temáticas durante a elaboração dos programas de Ação Estadual de Combate à DESERTIFICAÇÃO - PAES.

AÇÕES NO PROGRAMA 0512 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

2.3.1.18. Ação 7413 – Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Brasil na escala 1:1000.000

As demandas postas pelo desenvolvimento, com inclusão econômica e diminuição das disparidades sociais, lançam um grande desafio para a gestão ambiental territorial em bases sustentáveis. Por consequência, adquire importância crescente a necessidade de se obter uma visão geral sobre a ocupação territorial brasileira, ressaltando as especificidades de uso dos recursos naturais e as potencialidades regionais do País.

Nesse sentido, ao longo de 2011, cabe mencionar o desenvolvimento das seguintes atividades principais:

Primeiro Trimestre

Obtidos novos avanços na formulação do projeto do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, com foco na região do Semi-Árido, na Zona Costeira e no bioma Cerrado, com a estruturação dos principais resultados, produtos e atividades previstos e cronograma de 24 meses para a conclusão dos trabalhos.

Desenvolvida proposta de indicadores de monitoramento para acompanhar a elaboração e a implementação dos projetos de ZEE. Essa proposta foi utilizada como subsídio ao Programa ZEE Brasil nas atividades do Grupo de Trabalho instituído no âmbito do Ministério do Meio Ambiente com o objetivo de formular indicadores ambientais e de desenvolvimento sustentável.

Envio do projeto do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Brasil à Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional (CCZEE), que aportou contribuições ao documento, a serem utilizadas para a consolidação final do projeto.

Entregues os produtos finais referentes à consultoria contratada para a elaboração da proposta inicial do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Bacia Hidrográfica dos Rios Araguaia-Tocantins, contendo o banco de dados relacionado e a sistematização dos planos, programas e políticas que têm a região como foco. Esses produtos serão incorporados no âmbito do projeto do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Brasil.

Segundo Trimestre

Dada a pouca disponibilidade de recursos humanos e financeiros, foi tomada, em conjunto com a CCZEE, a decisão de, em 2011, dar seqüência à elaboração do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Brasil tendo como área de execução o bioma Cerrado – conforme previsto no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no bioma Cerrado –, agregando a base ambiental ao planejamento do uso e ocupação da região, ampliando a escala de abrangência das ações governamentais. Nesse sentido, para além da consideração dos projetos de ZEE já existentes na área de abrangência do bioma Cerrado, foram iniciados entendimentos com a Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente com vistas à elaboração de documento de subsídio ao projeto, contendo diretrizes de conservação e uso sustentável da biodiversidade do bioma.

Terceiro Trimestre

Iniciados entendimentos com o Departamento de Extrativismo do Ministério do Meio Ambiente, responsável por coordenar a Política Nacional de Gestão Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), com o objetivo de definir metodologia para a elaboração dos planos de etnogestão desses territórios.

Apresentado, pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA, documento de subsídio ao Macrozoneamento Ecológico-Econômico do bioma Cerrado, contendo diretrizes de conservação e uso sustentável da biodiversidade do bioma.

Elaborado plano de trabalho para a execução de projeto com vistas à uniformização do zoneamento ecológico-econômico da Amazônia Legal e sua integração com os zoneamentos agroecológicos da região, em parceria com a Embrapa e os estados amazônicos. O projeto é composto por cinco metas, dentre as quais a compatibilização das legendas e diretrizes de uso e ocupação propostas pelos ZEEs dos estados, integrando-as ao Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal e tendo em perspectiva o planejamento territorial na escala nacional.

Preparado termo de referência (tendo como base o projeto do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, com foco na região do Semi-Árido, na Zona Costeira e no bioma Cerrado) para contratação de pessoa jurídica responsável pela elaboração de proposta preliminar do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do bioma Cerrado, com a participação das instituições que compõem o Consórcio ZEE Brasil. Esse documento será submetido à discussão e validação com os estados e segmentos da sociedade civil abrangidos pelo bioma Cerrado.

Quarto Trimestre

Realizada, em Belém, a primeira reunião das instituições responsáveis pela execução do projeto de uniformização do zoneamento ecológico-econômico da Amazônia Legal e sua integração com os zoneamentos agroecológicos da região.

Publicado, no Diário Oficial da União, o termo de referência para contratação de pessoa jurídica responsável pela elaboração de proposta preliminar do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do bioma Cerrado. O prazo para a apresentação das propostas encerra-se no dia 24 de janeiro de 2012.

Ademais, em atenção ao pacto federativo, tem-se mantido estreito diálogo com diversas unidades da federação, de modo a colaborar na execução e implementação de suas respectivas iniciativas de ZEE. Atualmente, 18 estados têm contado com o apoio técnico ou financeiro do Ministério do Meio Ambiente e das instituições que compõem o Consórcio ZEE Brasil, sendo que os estados do Amazonas, Minas Gerais e Pará tiveram seus zoneamentos reconhecidos pela Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional, para fins de uniformização e compatibilização com as políticas públicas federais em uma visão nacional que tem a sustentabilidade como premissa.

Para 2012, serão consolidadas as iniciativas em curso, sem perder o centro da meta, que é a conclusão do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do bioma Cerrado. Essa meta está alinhada e em sintonia com a consciência coletiva da sociedade brasileira, que exige um novo modelo de desenvolvimento para a região, baseado na adoção de práticas e sistemas de produção sustentáveis, reconhecendo a diversidade social, econômica, cultural e ambiental do Cerrado como fator estratégico de sua inserção no cenário contemporâneo.

Comentários Gerais

É importante ressaltar o prejuízo às atividades previstas no âmbito dessa ação em decorrência da redução dos recursos humanos e financeiros disponíveis, em especial para o custeio de diárias e passagens. A execução

financeira referente à ação 7413 foi decorrente do pagamento de funcionários contratados por tempo determinado e do apoio ao projeto de cooperação técnica internacional de pagamento por serviços ambientais com inclusão social, cabendo ao ZEE apontar, nesse processo, as oportunidades de inclusão produtiva mais adaptadas às particularidades de cada região, de acordo com as especificidades sociais, econômicas, ambientais e culturais existentes.

Por fim, a Secretaria do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul apresentou no Portal de Convênios (Siconv) proposta para o apoio à elaboração do zoneamento ecológico-econômico do estado, de modo a oferecer alternativas para conflitos de uso dos recursos e de ocupação do território e orientar os tomadores de decisão na adoção de políticas convergentes com as diretrizes de planejamento estratégico do estado e do País.

De acordo com o decreto nº 4.297/2002, que estabelece critérios para o ZEE do Brasil, compete ao Poder Público Federal elaborar e executar o ZEE nacional e regionais, diretamente ou em articulação e cooperação com os estados, quando tiver por objeto biomas brasileiros ou territórios abrangidos por planos e projetos prioritários estabelecidos pelo Governo Federal. O Estado do Rio Grande do Sul abriga, em seu território, a integridade do bioma Pampa, que apesar de abrigar expressiva biodiversidade tem testemunhado intenso processo de conversão de sua vegetação nativa para usos alternativos do solo, culminando, em algumas porções do território, em avançado processo de arenização.

No entanto, a proposta submetida pelo estado não atendeu às orientações estabelecidas no Edital de Justificativa nº 003/2011/SEDR/MMA e, dessa forma, dada a pouca abrangência e consistência do documento, o Departamento de Zoneamento Territorial do MMA decidiu rejeitar a proposta apresentada.

2.3.1.19. Ação 7965 – Implantação do Sistema Gerenciador de Banco de Dados sobre Zoneamento Ecológico-Econômico

Primeiro Trimestre

Reuniões de planejamento para elaboração de termos de referência para a contratação de consultorias técnicas relacionadas à publicação na *web* do conjunto dos dados geográficos do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Brasil.

Realização de ajustes e reestruturação do conjunto de dados geográficos da Amazônia Legal presentes no banco de dados do Departamento de Zoneamento Territorial.

Apoio no cálculo dos gastos previstos para as contratações relacionadas à publicação na *web* do conjunto dos dados geográficos do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Brasil.

Segundo Trimestre

Documentação dos dados finais relacionadas ao Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha do Brasil, através de metadados em formato .xml e sua publicação por meio do Geonetwork do Ministério do Meio Ambiente.

Avaliação dos dados e metadados da proposta de ZEE da Calha Norte e Zona Leste do Estado do Pará, bem como ajuste dos que apresentaram incompatibilidades.

Terceiro Trimestre

Elaboração de relatório de gestão do Núcleo de Geoinformação, responsável pelas atividades relacionadas à Ação 7965, e de proposta de reestruturação para a execução das atividades.

Início do planejamento da execução da proposta de Modelagem Conceitual dos Dados Geográficos do Programa ZEE Brasil, que servirá de subsídio à Estrutura de Dados Geoespaciais Vetorias - EDGV Temática (parceria com a Diretoria de Serviço Geográfico do Exército Brasileiro).

Elaboração de legendas e projetos, com uso da ferramenta gvSIG, relacionados ao Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, que serão utilizados para o atlas interativo i3GEO e definição das pranchas de informação para o atlas interativo i3GEO.

Quarto Trimestre

Incorporação dos dados utilizados no Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal ao banco de dados PostGree do Ministério do Meio Ambiente e elaboração dos *mapfiles* de cada respectivo dado do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal a ser inserido no atlas interativo i3GEO.

Comentários Gerais

Devido aos cortes orçamentários, a execução financeira e o processo de planejamento das atividades do ano foram prejudicados.

2.3.1.20. Ação 8896 – Controle Ambiental dos Espaços Litorâneos

Primeiro Trimestre

No trimestre, em relação ao Sistema de Modelagem Costeira – SMC Brasil, objeto da Cooperação com a Espanha “Transferência de Metodologias e Ferramentas de Apoio à Gestão da Costa Brasileira”, os trabalhos estiveram focados no esclarecimento de aspectos financeiros e obtenção dos dados necessários para calibragem o modelo. Para tanto foi realizada Oficina de Trabalho, com a presença dos Professores Klein e Tessler, da UFSC e USP respectivamente, além de representante da DHN/Marinha. Também foram realizadas várias reuniões de trabalho com a SPU/MPOG.

A Gerência Costeira participou de reunião sobre o Projeto Atlasur - Projeto Regional sobre Adaptação às Mudanças Climáticas em Regiões Costeiras, promovida pela Unesco e realizada em Montevideo, Uruguai, com a presença dos países participantes para validação dos documentos do projeto (PIF e PPG), a serem apresentados ao GEF, para captação de recursos.

Segundo Trimestre

No trimestre foram intensos os trabalhos para elaboração do PPA 2012-15, que culminaram com a proposição e aprovação do novo Programa Temático Mar, Zona Costeira e Antártica.

Foi realizada a 39ª Sessão Ordinária do Gi-Gerco, tendo como principais pontos de pauta uma palestra sobre os desafios e oportunidades para a gestão costeira em função da Copa 2014, proferida pelo Coordenador da Câmara Temática Meio Ambiente e Sustentabilidade (CTMAS) do Ministério dos Esportes e apresentação do Sistema de Modelagem Costeira – SMC Brasil. Ainda, a gerência participou de Seminário sobre Erosão Costeira na Região Metropolitana de Recife – PE.

Em maio foi realizado o Seminário Internacional Brasil-Espanha Sistema de Modelagem Costeira: apoio à gestão da costa brasileira, com objetivo de divulgar o projeto para alcançar outras instituições acadêmicas brasileiras, além das que já estão no projeto, bem como instituições públicas responsáveis pela gestão da costa no Brasil. O

Seminário contou com cerca de 100 participantes entre pesquisadores de oceanografia e gestão costeira, instituições federais membros do Gi-Gerco, estados e municípios costeiros, superintendências regionais do Patrimônio da União, entre outros.

Terceiro Trimestre

No trimestre a Gerência Costeira participou da elaboração do VIII Plano Setorial para os Recursos do Mar, construído de forma participativa entre várias instituições, sob coordenação da SECirm (Secretaria Executiva da Comissão Interministerial para os recursos do Mar). Este VIII PSMR difere dos anteriores por considerar com mais cuidado os recursos presentes na zona costeira e assumir compromissos mais explícitos com a disponibilização de dados e informações para a sociedade.

Em articulação com a Gerência Costeira, o Fundo Clima lançou uma linha específica para a zona costeira, com o objetivo de “fomentar estudos e propostas de trabalho que visem identificar as vulnerabilidades, resiliências e adaptação relacionadas às zonas costeiras”, prevendo projetos para mapeamento de vulnerabilidades, estudos relativos às mudanças no ambiente físico, impactos esperados em populações e atividades ou mudanças na infraestrutura urbana, na Zona Costeira. Foram aprovados e contratados 4 projetos nesta Linha, no valor total de R\$2.000.000,00 cabendo para 2012 o desafio de acompanhar a execução destes projetos.

Em articulação com a Antaq, foi feita visita ao INPH – Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias, ligado à Secretaria de Portos (SEP), instituição que detém importante acervo de dados, de interesse do SMC Brasil. Os resultados foram promissores, com o compromisso por parte do INPH de fornecer os dados necessários e, por parte do MMA de envolver o INPH no desenvolvimento do projeto.

Ainda, foi realizada a 40ª Sessão Ordinária do Gi-Gerco, tendo como ponto de pauta a apresentação do andamento dos trabalhos do ZEE da Baixada Santista, feita pelo representante do Gerco no estado. Sobre a Agenda Ambiental Portuária, a Antaq apresentou o trabalho que vem sendo realizado, no sentido de levantar informações para subsidiar a revisão da Agenda. Sobre o SMC Brasil, na reunião foi aprovada a criação do Comitê Executivo do projeto, composto pelas instituições do Gi-Gerco que manifestarem interesse.

Quarto Trimestre

Foi realizada a 41ª Sessão Ordinária do Gi-Gerco, tendo como um dos pontos de pauta a exposição do gabinete do Deputado Federal pelo Pará, Miriquinho Batista, propondo a organização de um seminário para a Região Norte sobre o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; também foi apresentado um balanço das ações do Projeto Orla no ano, destacando-se a licitação em andamento para realização de 3 cursos de formação de instrutores, o convenio para a FURG para a realização de capacitação a distância para o PO, a realização de 9 oficinas e 1 audiência pública em 7 municípios, a Capacitação da CTE do Maranhão, e apontando como principais desafios para 2012 o estabelecimento de normas de acesso à praia e para regulamentação das estruturas de apoio ao turismo náutico e a articulação com outros órgãos (M.Cidades e Turismo, p.explo) para a implementação das ações previstas nos PGIs; o tema Planejamento Espacial Marinho foi apresentado por representante da Unesco no Brasil, informando sobre o interesse do órgão em apoiar o país na possível adoção da metodologia como ferramenta de planejamento.

A Gerência Costeira esteve presente e proferiu palestra no 1º Seminário sobre Gestão Ambiental Portuária com Foco em Resíduos promovido pela Antaq; também participou do II Workshop Brasileiro de Mudanças Climáticas em Zonas Costeiras promovido pela Sub-rede Zonas Costeiras da Rede Clima, oportunidade para enfatizar a importância do acesso à informação científica para apoiar a tomada de decisão por parte dos gestores.

No trimestre foi finalizado o capítulo sobre Zona Costeira e Marinha do RQMA 2011, em elaboração pelo Ibama, sendo este capítulo co-coordenado pela Gerência Costeira.

De modo a dar andamento às ações para conclusão do Projeto SMC Brasil, foi realizado repasse de recursos para a UFSC, principal executor nacional do projeto.

No trimestre a Gerência Costeira, como ponto focal no MMA do Programa de Ação Global para a Proteção do Meio Marinho Frente às Atividades Baseadas em Terra (GPA – PNUMA), tomou ações para preparar a participação do Brasil na 3ª Reunião Intergovernamental do programa, a ocorrer em janeiro/2012.

A execução financeira da ação foi de 100% e não 27% conforme consta no SIGPLAN. A diferença é resultante da não liberação dos recursos financeiros no total de R\$ 357.500,00 correspondentes ao destaque financeiro para a UFSC. Quando a movimentação for efetuada, o total executado será de R\$ 547.784,00.

AÇÃO NO PROGRAMA 0794 - GESTÃO DO PATRIMONIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO

2.3.1.21. Ação 6642 – Instrumentalização de Estados e Municípios para Gestão da Orla Marítima

Primeiro Trimestre

Durante o mês de janeiro foi sistematizado o relatório do III Seminário Nacional do Projeto Orla, realizado nos dias 02 e 03 de dezembro, que contou com cerca de 150 participantes. No relatório são destacados os temas priorizados pelos participantes: a necessidade de articulação com as diferentes instâncias; a garantia da centralidade da Comissão Técnica Estadual na elaboração e implementação do Projeto Orla, objetivando o seu fortalecimento para aqueles projetos que já estão em andamento; a elaboração de uma estratégia de comunicação e divulgação e finalmente; o Projeto Orla precisa ser elevado dentro da Política Nacional do Meio Ambiente devendo atuar transversalmente dentro das secretarias do Ministério do Meio Ambiente.

Foram realizadas reuniões com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para planejamento da agenda de trabalho da Coordenação Nacional do Projeto Orla para 2011, cujas linhas centrais são: i) Fortalecimento institucional; ii) Fomento e apoio à execução das ações dos PGIs e; iii) Capacitação, disseminação e monitoramento.

Segundo Trimestre

No dia 12 de maio foi realizada reunião com as Coordenações Estaduais do Projeto (OEMAS e SPU) de 6 estados costeiros (SP, RJ, BA, RN, CE e PE), com objetivo de fortalecer as Comissões Técnicas Estaduais para construção de uma agenda de trabalho voltada para a indução do Projeto Orla nos municípios localizados nos 5 estados costeiros cujos municípios são sedes da Copa/2014, da Baixada Santista e suas respectivas regiões metropolitanas.

Foi realizada 1ª Oficina de Implementação e Capacitação de Gestores do Projeto Orla de Barra de São Miguel, no período de 14 a 20 de junho, a primeira oficina inicia o processo de elaboração do Plano de Gestão integrada da orla (PGI).

Quarto Trimestre

Neste trimestre foram atendidos 02 municípios: Itajaí/SC (2ª Oficina de Elaboração de PGI) e Porto Belo/Sc (1ª Oficina de Elaboração de PGI). Os municípios de Ilhabela/SP, Guarujá/SP e Aracruz/ES estão mobilizados para realização das oficinas, entretanto, relatam dificuldades na contratação de instrutor para mediação da oficina.

Comentários Gerais

Cabe informar que apesar do baixo número de oficinas para elaboração do PGI, houve um esforço da Coordenação Nacional do Projeto orla (MMA e MP/SPU) em orientar os estados e municípios nas atividades pré-oficina, quais sejam mobilização dos atores sociais, instrumentalização dos municípios selecionados para o Projeto e articulação com os membros das Comissões Técnicas Estaduais (CTE) para concertação de políticas, planos e projetos nas áreas priorizadas; etapas fundamentais para o sucesso na elaboração e implantação dos PGIs. Ressalta-se, contudo, a dificuldade para apoio e acompanhamento das solicitações de estados e municípios devido a restrição orçamentária para passagens e diárias, que comprometem o cronograma decorrente das reuniões e seminários realizados em 2010 e a qualidade dos trabalhos das oficinas de elaboração do PGI, devido as dificuldades dos técnicos nas esferas estadual e municipal quanto a questões conceituais e metodológicas, e necessidade de fortalecimento institucional. Ademais, neste exercício não foi possível realizar o processo de licitação para formação de novos instrutores para oficinas de elaboração dos PGIs, fator limitante para o alcance das metas planejadas.

A execução financeira referente à ação 6642 foi decorrente do pagamento de funcionários contratados por tempo determinado.

AÇÃO NO PROGRAMA 1166 - TURISMO SOCIAL NO BRASIL - UMA VIAGEM DE INCLUSÃO

2.3.1.22. Ação 8990 – Desenvolvimento da Sustentabilidade Ambiental no Turismo

As ações programadas para 2011 terão continuidade neste exercício de 2012. A licitação para lançamento da campanha passaporte verde já está em fase avançada, bem como a divulgação dos estudos do turismo sustentável na Amazônia legal.

Houve também articulação para o lançamento da campanha Passaporte Verde na Conferência Mundial das Nações Unidas Rio +20.

Fechamento dos processos administrativos da ação ainda com prestação de contas pendentes e/ou tomada de conta especial.

2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

Este grupo de demonstrativos está estruturado em três partes distintas e complementares, quais sejam: 2.4.1 - Programação Orçamentária da Despesa; 2.4.2 - Execução Orçamentária da Despesa e 2.4.3 - Indicadores Institucionais.

2.4.1 - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA	44101	440002

2.4.2 - PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	-	-	-	-	48.578.793,00	15.532.220,00
	PLOA	-	-	-	-	48.578.793,00	13.129.153,00
	LOA	-	-	-	-	48.578.793,00	33.682.373,00
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	0
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	10.000.000,00
		Reabertos	-	-	-	-	0
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	0
		Reabertos	-	-	-	-	0
Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	0
Outras Operações		-	-	-	-	-	0
Total		-	-	-	-	58.578.793,00	33.682.373,00

Fonte: LOA 2011 e Relatório de Gestão SEDR 2010

2.4.3 - PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	2.775.000,00	-	-	-	-	621.250,00
	PLOA	2.775.000,00	-	-	-	-	621.250,00
	LOA	2.775.000,00	-	-	-	-	4.871.250,00
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-
Total		2.775.000,00	-	-	-	-	4.871.250,00

Fonte: CONSIAFI

2.4.3.1 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	48.578.793,00	-	2.775.000,00	-	-	-
	PLOA	-	-	2.775.000,00	-	-	-
	LOA	-	-	2.775.000,00	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	10.000.000,00	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-
Total		58.578.793,00	-	2.775.000,00	-	-	-

Fonte: Fonte: CONSIAFI

2.4.3.2 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	440001	18.541.1145.6087.0001			21.280,76
			18.122.1145.2272.0001			58.595,13
			18.128.1145.6060.0001			73.000,00
			18.541.1145.6230.0001			73.000,00
			18.541.0150.8671.0001			147.283,65
			18.542.0512.8896.0001			150.284,26
			18.541.0794.6642.0001			150.815,74
			18.122.0512.2272.0001			156.895,29
			18.122.1080.2272.0001			196.477,39
			18.541.1145.2001.0001			207.222,79
			18.127.0512.7413.0001			216.000,00
		18.127.1426.8308.0001			429.538,47	
	Recebidos	-	-	-	-	
Movimentação Externa	Concedidos	153163	18.542.0512.8896.0001	-	-	397.500,00
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Análise crítica

Os valores demonstrados na movimentação orçamentária, referente as dotação internamente concedida à UG-440001-SPOA/MMA, necessário se faz demonstrar em razão do montante de recursos consignados nas Ações de responsabilidade da Unidade Jurisdicionada-UG44004-SEDR, porém, que ficam retidas na UG-440002(unidade orçamentária geral do MMA) para execução através da Unidade Gestora UG-440001, com a finalidade de pagamentos ao pessoal temporário, terceirizados e contratos administrativos, nos termos da legislação e por definições de competência regimental. Esta demonstração objetiva compatibilizar as informações orçamentárias, com as movimentações decorrentes dos limites impostos a Unidade Jurisdicionada.

Quanto às alterações na programação orçamentária, vale destacar positivamente o crédito especial aberto no valor de R\$ 10.000.000,00, o qual originou a Ação 20GF – Pagamento a Famílias em Situação de Extrema Pobreza pela Prestação de Serviços de Conservação de Recursos Naturais no Meio Rural – Plano Brasil sem Miséria, visando atender o Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Bolsa Verde), instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e regulamentado pelo Decreto nº 7572/11, cujo objetivo é incentivar a conservação dos ecossistemas, entendido como sua manutenção e uso sustentável. Isso reforça o compromisso internacional do Brasil frente à Convenção de Diversidade Biológica-CDB, ratificada pelo Decreto nº 2 de 03/02/1994, principalmente no que se refere aos componentes de conservação e uso sustentável da biodiversidade. Para cumprir os objetivos propostos pelo Programa, a União, por intermédio da SEDR/MMA, foi autorizada a transferir recursos financeiros às famílias em situação de extrema pobreza que desenvolvam atividades de conservação de recursos naturais no meio rural.

2.4.4 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

As informações sobre a Execução Orçamentária estão divididas em dois (2) conjuntos de demonstrativos referentes a Créditos Originários da UJ ou recebidos pela UJ por Movimentação.

2.4.4.1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

1.1.1.1 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	0	0	0	0
Convite	0	0	0	0
Tomada de Preços	0	0	0	0
Concorrência	0	0	0	0
Pregão	0	0	0	0
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
Registro de Preços	0	0	0	0
Contratações Diretas	6.715,88	0	6.715,88	0
Dispensa	0	0	0	0
Inexigibilidade	6.715,88	0	6.715,88	0
Regime de Execução Especial	0	0	0	0
Suprimento de Fundos	0	0	0	0
Pagamento de Pessoal	125.534,17		125.534,17	
Pagamento em Folha				
Diárias	125.534,17	235.737,27	125.534,17	235.737,27
Outros		6.515.685,57	8.272.195,81	4.742.193,50

Fonte: Consiafi

1.1.1.2 DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	12.673.789,45	-	12.673.789,45	-	1.581.254,00	-	8.811.093,10	-
333041	5.562.850,02	-	5.562.850,02	-	700.000,00	-	5.495.174,02	-
335039	987.334,00	-	987.334,00	-	881.254,00	-	-	-
338039	3.356.507,71	-	3.356.507,71	-	-	-	550.000,00	-
339014	2.293,82	-	2.293,82	-	-	-	2.293,82	-
339039	7.503,90	-	7.503,90	-	-	-	7.225,26	-
339048	2.757.300,00	-	2.757.300,00	-	-	-	2.756.400,00	-
339033					79.936,86			

1.1.1.3 DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	1.542.602,20	-	1.542.602,20	-		-	1.392.928,00	-
443041	1.542.482,20	-	1.542.482,20	-	-	-	1.392.808,00	-
449139	120,00	-	120,00	-	-	-	120,00	-
5 – Inversões Financeiras		-		-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida		-		-	-	-	-	-

Análise Crítica

Com relação às alterações orçamentárias ocorridas, a mais significativa ocorreu dentro da Ação 8308. Originalmente previa-se, em sua maioria, gastos nas modalidades 3390 e 4490. No entanto, a SEDR buscou priorizar a execução descentralizada por meio de convênios, fazendo com que houvesse a alteração de QDD para as modalidades 3330, 3350 e 4430, cujas rubricas representam a maior execução da UJ. Tais convênios foram celebrados visando atender à Operação Xingu e ao fortalecimento do Programa Mais Ambiente e, conseqüentemente, o Cadastro Ambiental Rural – CAR, tratado como uma das metas prioritárias do Ministério do Meio Ambiente. Observa-se ainda que as demais programações se mantiveram, de modo geral, conforme o estabelecido na LOA 2011.

Com exceção da Ação 8308, os demais créditos previstos para despesa de capital não foram executados tendo em vista o forte contingenciamento ocorrido no primeiro semestre de 2011. Ressalta-se que, inicialmente, esta UJ recebeu o montante de R\$ 4.198.000,00 para movimentação e empenho nos 3 primeiros trimestres de 2011, o que acabou comprometendo seriamente o planejamento de gastos da UJ.

No último trimestre de 2011, com a sinalização de abertura de limites adicionais para empenho, a SEDR procurou priorizar a celebração dos convênios já articulados dentro da Ação 8308.

Desse modo, buscou-se parcerias com outros órgãos e entidades para a SEDR executar suas atividades.

Quanto aos eventos negativos, ressalta-se a tempestividade na liberação de limites para movimentação e empenho e a morosidade na condução dos processos licitatórios pelo MMA. Ressalta-se ainda a mudança de gestão ocorrida na SPOA/SECEX/MMA e na própria UJ durante o ano de 2011. Fatos esses que acabaram prejudicando operacionalmente o desenvolvimento das atividades da UJ.

Positivamente, vale ressaltar o papel técnico-gerencial adotado pelo MMA na nova gestão, onde se buscou introduzir novos procedimentos para a melhoria da eficiência administrativo-operacional do órgão. Somando-se a isso, tem-se o Programa Bolsa Verde, instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e inserido no Programa Brasil sem Miséria. Para a execução do mesmo, foi aberto em setembro/2011 ao Orçamento do MMA, crédito especial no valor de R\$ 10.000.000,00, cabendo a esta UJ gerir tais gastos.

2.4.4.2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO

Este item não se aplica a esta UJ, pois não foram recebidos créditos orçamentários de UG não associada à UJ, durante o exercício de 2011.

2.4.4.3 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Este item não se aplica a esta UJ, pois não foram recebidos créditos orçamentários de UG não associada à UJ, durante o exercício de 2011.

2.4.5 DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Este item não se aplica a esta UJ, pois não foram recebidos créditos orçamentários de UG não associada à UJ, durante o exercício de 2011.

2.4.6 DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Este item não se aplica a esta UJ, pois não foram recebidos créditos orçamentários de UG não associada à UJ, durante o exercício de 2011.

2.4.7 INDICADORES INSTITUCIONAIS

O indicador institucional desenvolvido por esta UJ para medir os produtos, serviços e resultados alcançados pela gestão no exercício é **“Elaboração de Instrumentos de Gestão ambiental e territorial para ambientes rurais, costeiros, urbanos e territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais”**. Os Instrumentos de Gestão Ambiental no âmbito da SEDR, para efeito de atender aos requisitos do Decreto 7.133/10, abrangem os principais instrumentos e procedimentos técnico/administrativos empregados para a implementação das competências do Ministério, que se traduzem na política ambiental, tais como: i) parcerias estabelecidas, ii) instrumentos normativos propostos ou institucionalizados e iii) ferramentas para disseminação de conhecimento.

Nesse sentido, em função de esse indicador englobar e sintetizar a atuação das distintas áreas dess UJ, o mesmo foi subdividido para melhor caracterizar os resultados alcançados, conforme abaixo:

1. Parcerias estabelecidas
 - 1.1. Acordos/Termos de Cooperação
 - 1.2. Acordos de subvenção
 - 1.3. Convênios
 - 1.4. Contratos de repasse
 - 1.5. Planos de Ação
2. Instrumentos normativos propostos ou institucionalizados

- 2.1. Projetos de decreto
- 2.2. Projetos de lei
- 2.3. Proposta de Portaria
- 2.4. Proposta de Resolução
3. Ferramentas para disseminação de conhecimento.
 - 3.1. Banco de dados
 - 3.2. Estudos
 - 3.3. Mapeamentos
 - 3.4. Publicações
 - 3.5. Capacitações

A fórmula de cálculo do indicador foi estabelecida com base na soma dos valores previstos para cada um dos itens acima.

$$II \text{ (Indicador Institucional)} = \text{soma}(1.1:1.5) + \text{soma}(2.1:2.4) + \text{soma}(3.1:1.5)$$

A meta para o período de 2011/2012 era de 96 instrumentos de gestão ambiental e territorial elaborados. Até o final do ano de 2011, 93,75% da meta havia sido atingida, representando 90 instrumentos elaborados. Como pôde ser observado pela apresentação da metodologia e fórmula de cálculo, o indicador “Elaboração de Instrumentos de Gestão ambiental e territorial para ambientes rurais, costeiros, urbanos e territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais” é útil na medida em que abrange os principais instrumentos e procedimentos técnico/administrativos empregados para a implementação das competências dessa UJ. Além disso, também é mensurável uma vez que há definição explícita de metodologia empregada, desenvolvida e empregada por servidores dessa UJ, o que permite ser auditável e econômico (cada um dos componentes da fórmula do indicador apresenta definição, contexto e unidade responsável).

O Item 3 - Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos - não se aplica a essa UJ.

4 - PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$
1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	0	0	36,30	0
2009	0	89.685,00	512.869,35	0
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	3.193.211,61	5.303.777,59	5.303.777,59	1.900.000,00
2009	5.213.758,23	2.193.586,13	2.733.972,91	4.095.803,15
Observações: Em não houve pagamento de RP Processados e Não Processados inscritos até 2007.				

4.2 ANÁLISE CRÍTICA

Análise Crítica

Com relação aos Restos a Pagar de exercícios anteriores, ressalta-se que os mesmos não causaram impactos consideráveis na gestão financeira da UJ, tendo em vista que os RPs inscritos em 2010 são referentes, em sua quase totalidade, a convênios que não foram de fato celebrados, ocasionando o cancelamento dos mesmos.

5 - PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

5.1.- COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

5.1.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	Não Há	57	1	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não Há	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não Há	57	1	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não Há	57	1	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não Há	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não Há	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não Há	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	Não Há	13	1	4
3. Total de Servidores (1+2)	Não Há	70	2	6

Fonte: DataWare House - SIAPENET

5.1.2 SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO EFETIVA DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	-
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	2
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	1
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	3
3.1. De ofício, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	3
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	1
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	1
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro/5.2. Serviço militar/5.3. Atividade política/5.4. Interesses particulares/5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo) - Licença Gestante	1
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	7

5.1.3 QUANTIFICAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação apurada em 31/12)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	19	18	6	5
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	-	18	6	5
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	4	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	1	-	1
1.2.4. Sem vínculo	-	13	6	4
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	-	-	-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	19	18	6	5

Fonte: DataWare House - SIAPENET

5.1.4 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	20	31	13	8	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	19	28	9	5	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	1	3	4	3	2
2. Provimento de cargo em comissão	2	6	9	2	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	6	9	2	1
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	22	37	22	10	4

Fonte: DataWare House - SIAPENET

5.1.5 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	2	-	3	14	45	- - - - -		
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira		-			14	45			
1.3. Servidores com Contratos Temporários					1	12			
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	4	14			
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					4	14			
2.3. Funções gratificadas						-			
3. Totais (1+2)	-	2	-	3	18	59	-	-	-
LEGENDA - Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Os tópicos 5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas, 5.3 Composição do Quadro de Estagiários, 5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada, 5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada e 5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos, da Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 108, DE 24/11/2010, serão apresentados de forma consolidada pela SPOA/SECEC/MMA (UG 440001).

6 - TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO.

6.1 – CARACTERIZAÇÕES DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

6.1.1 RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2011

QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – Ministério do Meio Ambiente									
CNPJ: 37.115.375/0002-98					UG/GESTÃO: 440040 / 00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	760454/2011	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre - CNPJ 63601769000185	371.830,00	37.183,00	334.647,00	334.647,00	22/12/11	30/11/12	1
1	761307/2011	Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade – Pernambuco - CNPJ 13471612000104	500.000,00	50.000,00	450.000,00	450.000,00	30/12/11	30/12/12	1
1	760548/2011	Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e dos Recursos Hídricos – Tocantins - CNPJ 05016202000145	495.724,52	57.221,50	438.503,02	438.503,02	26/12/11	31/12/12	1
1	760410/2011	Associação Nacional da Agricultura Camponesa - CNPJ 05357888000138	422.838,10	0,00	0,00	0,00	30/12/11	31/12/12	1
1	760363/2011	Cooperativa Iguacu de Prestação de Serviços - CNPJ 81188724000102	487.440,00	40.190,00	0,00	0,00	30/12/11	30/12/12	1

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	760557/2011	Governo do Estado do Acre - CNPJ 63606479000124	3.300.000,00	300.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	30/12/11	31/12/12	1
1	761392/2011	Empresa de Assist Técnica e Ext Rural do Estado do Pará - CNPJ 05402797000177	3.073.747,48	408.915,48	2.664.832,00	2.664.832,00	30/12/11	31/12/12	1
1	750396/2010	Marabá Prefeitura Municipal - CNPJ 05853163000130	300.000,00	50.000,00	0,00	250.000,00	01/12/10	31/12/12	1
1	750612/2010	Juína Prefeitura Municipal - CNPJ 15359201000157	278.966,20	28.966,20	0,00	250.000,00	30/12/10	30/12/12	1
1	750527/2010	Prefeitura Municipal de Paragominas - CNPJ 05193057000178	350.000,00	100.000,00	0,00	250.000,00	30/12/10	30/12/12	1
1	719017/2009	Prefeitura Municipal de Mucajaí - CNPJ 04056198000186	200.940,00	3.940,00	0,00	197.000,00	31/12/09	14/11/12	1
1	718958/2009	Município de Humaitá/AM	102.050,00	2.050,00	0,00	100.000,00	31/12/09	29/02/12	1
1	715401/2009	CNPJ 12.176.046/0001-45	400.005,95	50.005,95	0,00	400.005,95	19/08/11	17/04/12	1
1	721151/2009	CNPJ 01.409.580/0001-38	334.000,00	34.000,00	0,00	334.000,00	20/04/11	19/04/12	1
3	002/2011	UFSC - CNPJ 83.899.526/0001-82	397.500,00	0,00	0,00	0,00	31/12/11	31/12/12	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

6.1.2 QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – Ministério do Meio Ambiente						
CNPJ: 37.115.375/0002-98						
UG/GESTÃO: 440040 / 00001						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	7	4	2	6.887.982,02	1.781.005,95	0,00
Contrato de Repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	1	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Totais	8	4	2	6.887.982,02	1.781.005,95	0,00

Fonte: SICONV

6.1.3 INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE VIGERÃO NO EXERCÍCIO DE 2011 E SEGUINTE

QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – Ministério do Meio Ambiente					
CNPJ: 37.115.375/0002-98			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	14	9.579.266,07	8.668.987,97	910.278,10	89,71
Contrato de Repasse	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	1	397.500,00	0,00	397.500,00	0,00
Termo de Compromisso	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	15	9.976.766,07	8.668.987,97	1.307.778,1	89,71

Fonte: SICONV

6.2 – INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE

Este item não se aplica à UJ neste ano, pois todos os convênios vigentes estão em fase de execução.

6.3 – ANÁLISE CRÍTICA

▪ Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente:

A Portaria Interministerial 507/2011, não permite a transferência de recursos para ente inadimplente, no entanto, a Lei 12.249, de 11 de junho de 2010, nos artigos 104 até 109, permite que haja transferências obrigatórias, para municípios pertencentes ao Programa de Territórios da Cidadania - PTC, com população de até 50.000 habitantes, mesmos com pendências, desde que a ação se enquadre dentro do programa PTC, e haja decreto transformando transferências voluntárias em transferências obrigatórias. Todavia, esta UJ não realizou transferências para beneficiários inadimplentes em 2011.

▪ Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12 do Decreto 7.445/2011, ou legislação que o altere:

A legislação indicada foi observada e atendida.

▪ Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos:

Transferências em 2009: R\$ 0,00

Transferências em 2010: R\$ 1.047.000,00

Transferências em 2011: R\$ 6.887.982,02

No que se refere aos convênios, no ano de 2009 foram celebrados convênios com a Prefeitura Municipal de Mucajaí/RR, com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar, almejando assim a redução do desmatamento na região; e com a Prefeitura Municipal de Humaitá/AM, com o objetivo de promover a cadeia produtiva da castanha do Brasil e fortalecer a agricultura familiar e o extrativismo de produtos florestais não-madeireiros, almejando assim a redução do desmatamento na região e incentivando a produção sustentável. No entanto, não houve repasse de recurso neste ano, sendo apenas efetivada a transferências no seguinte (2010).

Já no ano de 2010, foram celebrados mais três convênios com as Prefeituras dos municípios de Paragominas/PA, Marabá/PA e Juína/MT, todos oriundos do Termo de Cooperação assinado entre o MMA e o MDS, inserido na Operação Arco Verde, visando a mudança da matriz produtiva dos municípios. Esta mudança possui, como pano de fundo, o objetivo de redução do desmatamento ilegal nos respectivos municípios. Juntamente com o convênio firmado em 2009 (com a prefeitura de Mucajaí/RR) foram repassados recursos no montante de R\$947.000,00.

O ano de 2011 foi marcado pela implementação do Programa Mais Ambiente, e para isso, ao final do referido ano foram firmados 7 convênios objetivando a implementação desse Programa. Destes 7 convênios, houve repasse de recursos para 5 deles no ano de 2011. Assim, foram celebrados 3 convênios com Estados da Federação (AC, TO e PB) para o fortalecimento da Gestão Florestal no Estado, ou seja, para a estruturação dos órgãos ambientais que serão responsáveis pela execução das ações necessárias à implementação do Programa Mais Ambiente. Também foi assinado com o Estado do Acre, visando apoio à estruturação de Viveiros de mudas e sementes para promover a restauração da cobertura florestal nas Áreas de Preservação Permanente - APP e Reserva Legal – RL, necessária ao subprograma de Produção e Distribuição de Mudas e Sementes. Paralelamente foi firmado convênio com o Estado do Pará com o objetivo de realização de 19.643 cadastros ambientais rurais na região abrangida pelo PDRS (Plano de Desenvolvimento regional Sustentável do Xingu). O somatório dos recursos repassando para esses 5 convênios está na ordem de R\$ 6.887.982,02. O repasse de recursos aos dois convênios que não receberam em 2011 está previsto para ocorrer no ano de 2012, no montante total de R\$ 910.278,10.

De modo a dar andamento às ações para conclusão do Projeto Sistema de Modelagem Costeira – SMC Brasil, objeto da Cooperação com a Espanha “Transferência de Metodologias e Ferramentas de Apoio à Gestão da

Costa Brasileira”, foi celebrado Termo de Cooperação com a Universidade Federal de Santa Catarina em 2011, principal executor nacional do projeto, realizando o repasse de recursos e, 2012.

O incremento no volume de recursos transferidos observado no ano de 2011, de 627%, em relação aos anos anteriores, se deu primordialmente pela necessidade de implementação do Programa Mais Ambiente, que vem a ser a porta de entrada para o Cadastro Ambiental Rural, instrumento fundamental para a gestão ambiental rural previsto no projeto de Código Florestal em discussão no Congresso Nacional.

▪ Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2011;

Em 2011, no final de ano, foi liberado R\$ 6.887.982,02 em recursos conveniados. A gerência desses recursos foi iniciada em 2012 e para tal foram definidas as responsabilidades e competências de cada membro da equipe responsável por determinado convênio, além da promoção de treinamentos internos periódicos a respeito de monitoramento de convênios.

▪ Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2011, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares;

Em 2011 não há pendência de prestação de contas.

▪ Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2011, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;

Em 2011 não há pendência de prestação de contas.

▪ Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.

Em 2012, a partir da nomeação dos fiscais de convênios por meio da portaria nº 11 de 01 de março de 2012, foi iniciado o gerenciamento dos novos convênios sobre responsabilidade dessa UJ. Apesar de possuir estrutura definida para o regular gerenciamento das transferências contratadas, inclusive com treinamentos intra-equipes periódicos, há a necessidade da disponibilização de especialistas, de engenharia civil e de tecnologia da informação, para completar as análises dos técnicos nomeados. Com relação à fiscalização in loco, foi realizado o planejamento de viagens para o acompanhamento dos convênios em andamento, o que, garantido os recursos necessários, permitirá sua execução.

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010.

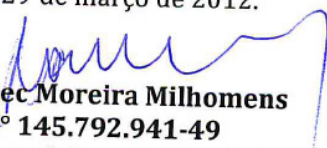
7.1 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

QUADRO A.7.1 – DECLARAÇÕES DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Allan Kardec Moreira Milhomens, CPF nº 145.792.941-49, Gerente de Projeto, exercido no Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 29 de março de 2012.

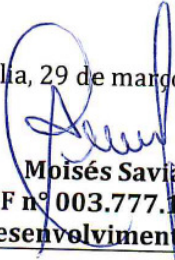

Allan Kardec Moreira Milhomens
CPF nº 145.792.941-49

Gerente de Projeto - Desenvolvimento Rural Sustentável/SEDR

DECLARAÇÃO

Eu, Moisés Savian, CPF nº 003.777.129-90, Gerente de Projeto, exercido no Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 29 de março de 2012.

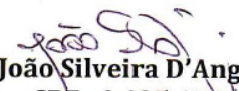

Moisés Savian
CPF nº 003.777.129-90

Gerente de Projeto - Desenvolvimento Rural Sustentável/SEDR

DECLARAÇÃO

Eu, João Silveira D'Angelis Filho, CPF nº 635.178.176-00, Gerente de Projeto, exercido no Departamento de Extrativismo da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 29 de março de 2012.


João Silveira D'Angelis Filho
CPF nº 635.178.176-00

Gerente de Projeto - Departamento de Extrativismo /SEDR

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

8.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	7	6	21
	Entregaram a DBR	7	4	21
	Não cumpriram a obrigação	0	2	0

Fonte: CGGP/SPOA/SECEX/MMA

8.2 ANÁLISE CRÍTICA

A respeito do cumprimento das obrigações estabelecidas no art. 1º da Lei 8.730/1993, e de acordo com o disposto no art. 14 da Instrução Normativa TCU nº67, de 6 de julho de 2011, informa-se que a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas é a unidade responsável pelo recebimento e controle das documentações referentes as declarações de bens e rendas dos servidores alcançados pela referida norma.

O controle é realizado por meio de planilha eletrônica, não tendo portanto, um sistema informatizado para este gerenciamento. A guarda da documentação é responsabilidade da Divisão de Cadastro e Lotação de Pessoal, que registra sua entrega e arquiva em suas dependências.

No exercício de 2011, foram enviados e-mails e memorando-circular, alertando sobre a obrigatoriedade do cumprimento da norma referida, bem como informando as alterações apresentadas pela Instrução Normativa TCU nº 65 e 67, de 20 de abril de 2011 e 06 de julho de 2011, respectivamente. Os formulários apresentados no anexo I da IN/TCU nº67/2011, foram disponibilizados eletronicamente na intranet deste Ministério.

Os itens 9, 10, 11,12,13,14, 15 e 16 não se aplicam à realidade desta UJ. Especificamente em relação aos itens 15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício e 15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício, não foi realizada auditoria em 2011 referente ao exercício de 2010.

PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº
108/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
DA GESTÃO

17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

17.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – SEDR		440040	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>CÓDIGO DA UG: 440040 – SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – SEDR</p> <p>A)CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA-Restrição 170; B)FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS GESTÃO-Restrição 951;</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	26/01/12
Contador Responsável	JANE MARCIA ASSUNÇÃO	CRC nº	5477/O-0 - DF

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ):		Código da UG	
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR		Código da UG	
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – KFW		440046/00001	
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – BID		440047/00001	
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – KFW		440051/00001	
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – KFW		440054/00001	
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR/BIRD RFT		440073/00001	
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – Bolsa Verde		440108/00001	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	BRASÍLIA/DF	Data	27/01/2012
Contador Responsável	JANE MÁRCIA ASSUNÇÃO	CRC nº	5477/O-0-DF

Os itens 18, 19, 20 e 21 se aplicam à natureza desta UJ, porém, encontram-se sob a competência da SPOA/SECEX/MMA.

PARTE C DO ANEXO II DA DN 108/2010 -

CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE
JURISDICIONADA OU GRUPO DE
UNIDADES AFINS

Os itens 21 a 25 e 27 a 30 não se aplicam à realidade desta UJ.

26. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

26.1 CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”, NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS

QUADRO C.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla:
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura	IICA
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto:	Código
“Apoio às Ações de Implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca”	BRA/IICA/05/004
Observação: Todos os contratos de consultoria pessoa física na modalidade “produto” detalhados a seguir foram efetuados no âmbito do PCT BRA/IICA/05/004.	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	

CONTRATO 1 - Código do Contrato: 110403					
Objetivo da consultoria: Elaboração de mapeamento da cobertura vegetal e do uso da terra com vistas à implementação de um sistema de alerta precoce de seca e desertificação (SAP).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/10/10	04/10/12	114.469,36	28.617,36	38.156,46	38.156,46
Insumos Externos					
A sede de trabalho do consultor se localiza na cidade de São José dos Campos (SP) nas dependências do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, conforme Acordo de Parceria firmado entre o MMA e o INPE. Foi disponibilizado espaço físico e computadores que poderão ser utilizados pelo consultor.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1. Plano de trabalho			22/07/11	19.078,22	
Produto 2. PI's do Maranhão			(Data do pagamento)	(Parcela 1)	
Produto 3. PI's do Ceará			22/09/11	9.539,12	
			(Data do pagamento)	(Parcela 2)	
Produto 4. PI's do Rio Grande do Norte			30/11/11	9.539,12	

Produto 5. PI's da Paraíba	(Data do pagamento)	(Parcela 3)
Produto 6. PI's de Pernambuco Produto 7. PI's de Alagoas	30/11/11	9.539,12 (Parcela 4)
Produto 8. PI's da Bahia	29/02/12	28.617,33 (Parcela 5)
Produto 9. PI's de Sergipe Produto 10. PI's do Espírito Santo	30/04/12	9.539,12 (Parcela 6)
Produto 11. PI's de Minas Gerais Produto 12. PI's do Piauí Produto 13. PI's do "Litígio" Produto 14. PI's consolidados Produto 15. Relatório Final	28/09/12	28.617,33 (Parcela 7)
Consultor contratado		
Nome do consultor: ADRIANA GOMES AFFONSO		CPF: 875.710.727-00
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Esta ação é desenvolvida por meio do Acordo de Cooperação firmado entre o MMA e o INPE/MCT. Foi realizada reunião de planejamento com os cinco consultores contratados para o SAP. Em função do atraso na instalação dos equipamentos e na dificuldade de obtenção de dados básicos, o cronograma de elaboração e de entrega dos produtos foi readequado pela coordenação do projeto. Devido a necessidade de reformulação da metodologia de trabalho foi necessário prorrogar o prazo do contrato para outubro/2012.		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
CONTRATO 2 - Código do Contrato: 110409					
Objetivo da consultoria: Elaboração de estudos técnicos, para a elaboração de análise de software e geoprocessamento com vistas à implementação de um sistema de alerta precoce de seca e desertificação (SAP) nas Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/10/10	04/10/12	51.206,40	12.801,60	17.068,80	17.068,80
Insumos Externos					
A sede de trabalho do consultor se localiza na cidade de São José dos Campos (SP) nas dependências do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, conforme Acordo de Parceria firmado entre o MMA e o INPE. Foi disponibilizado espaço físico, e computadores que poderão ser utilizados pelo consultor.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1. Plano de trabalho Produto 2. PI's do Maranhão			22/07/11 (Data do pagamento)	8.534,40 (Parcela 1)	
Produto 3. PI's do Ceará			23/09/11 (Data do pagamento)	4.267,20 (Parcela 2)	
Produto 4. PI's do Rio Grande do Norte Produto 5. PI's da Paraíba			30/11/11 (Data do pagamento)	4.267,20 (Parcela 3)	
Produto 6. PI's de Pernambuco Produto 7. PI's de Alagoas			30/11/11	4.267,20 (Parcela 4)	
Produto 8. PI's da Bahia			29/02/12	12.801,60 (Parcela 5)	
Produto 9. PI's de Sergipe			30/04/12	4.267,20	

Produto 10. PI's do Espírito Santo		(Parcela 6)
Produto 11. PI's de Minas Gerais	28/09/12	12.801,60
Produto 12. PI's do Piauí		(Parcela 6)
Produto 13. PI's do "Litígio"		
Produto 14. PI's consolidados		
Produto 15. Relatório Final		
Consultor contratado		
Nome do consultor: ÂNGELA YURI HARADA		CPF: 115.749.898-12
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Esta ação é desenvolvida por meio do Acordo de Cooperação firmado entre o MMA e o INPE/MCT. Foi realizada reunião de planejamento com os cinco consultores contratados para o SAP. Em função do atraso na instalação dos equipamentos e na dificuldade de obtenção de dados básicos, o cronograma de elaboração e de entrega dos produtos foi readequado pela coordenação do projeto. Devido a necessidade de reformulação da metodologia de trabalho foi necessário prorrogar o prazo do contrato para outubro/2012.		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
CONTRATO 3 - Código do Contrato: 110404					
Objetivo da consultoria: Elaboração de mapeamento geológico com vistas à implementação de um sistema de alerta precoce de seca e desertificação (SAP).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/10/10	04/10/12	114.469,36	28.617,36	38.156,46	38.156,46
Insumos Externos					
A sede de trabalho do consultor se localiza na cidade de São José dos Campos (SP) nas dependências do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, conforme Acordo de Parceria firmado entre o MMA e o INPE. Foi disponibilizado espaço físico e computadores que poderão ser utilizados pelo consultor.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1. Plano de trabalho			22/07/11	19.078,22	
Produto 2. PI's do Maranhão			(Data do pagamento)	(Parcela 1)	
Produto 3. PI's do Ceará			21/09/11	9.539,12	
			(Data do pagamento)	(Parcela 2)	
Produto 4. PI's do Rio Grande do Norte			30/11/11	9.539,12	
Produto 5. PI's da Paraíba			(Data do pagamento)	(Parcela 3)	
Produto 6. PI's de Pernambuco			30/11/11	9.539,12	
Produto 7. PI's de Alagoas				(Parcela 4)	
Produto 8. PI's da Bahia			29/02/12	28.617,33	
				(Parcela 5)	
Produto 9. PI's de Sergipe			30/04/12	9.539,12	
Produto 10. PI's do Espírito Santo				(Parcela 6)	
Produto 11. PI's de Minas Gerais			28/09/12	28.617,33	
Produto 12. PI's do Piauí				(Parcela 6)	
Produto 13. PI's do "Litígio"					
Produto 14. PI's consolidados					
Produto 15. Relatório Final					
Consultor contratado					
Nome do consultor: GIANE DE FÁTIMA VALLES				CPF: 171.165.178-80	

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Esta ação é desenvolvida por meio do Acordo de Cooperação firmado entre o MMA e o INPE/MCT. Foi realizada reunião de planejamento com os cinco consultores contratados para o SAP. Em função do atraso na instalação dos equipamentos e na dificuldade de obtenção de dados básicos, o cronograma de elaboração e de entrega dos produtos foi readequado pela coordenação do projeto. Devido a necessidade de reformulação da metodologia de trabalho foi necessário prorrogar o prazo do contrato para outubro/2012.

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
CONTRATO 4 - Código do Contrato: 110405					
Objetivo da consultoria: Elaboração de mapeamento geomorfológico com vistas à implementação de um sistema de alerta precoce de seca e desertificação. (SAP).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/10/10	04/10/12	114.469,36	28.617,36	38.156,46	38.156,46
Insumos Externos					
A sede de trabalho do consultor se localiza na cidade de São José dos Campos (SP) nas dependências do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, conforme Acordo de Parceria firmado entre o MMA e o INPE. Foi disponibilizado espaço físico e computadores que poderão ser utilizados pelo consultor.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1. Plano de trabalho Produto 2. PI's do Maranhão			22/07/11 (Data do pagamento)	19.078,22 (Parcela 1)	
Produto 3. PI's do Ceará			22/09/11 (Data do pagamento)	9.539,12 (Parcela 2)	
Produto 4. PI's do Rio Grande do Norte Produto 5. PI's da Paraíba			30/11/11 (Data do pagamento)	9.539,12 (Parcela 3)	
Produto 6. PI's de Pernambuco Produto 7. PI's de Alagoas			30/11/11	9.539,12 (Parcela 4)	
Produto 8. PI's da Bahia			29/02/12	28.617,33 (Parcela 5)	
Produto 9. PI's de Sergipe Produto 10. PI's do Espírito Santo			30/04/12	9.539,12 (Parcela 6)	
Produto 11. PI's de Minas Gerais Produto 12. PI's do Piauí Produto 13. PI's do "Litígio" Produto 14. PI's consolidados Produto 15. Relatório Final			28/09/12	28.617,33 (Parcela 6)	
Consultor contratado					
Nome do consultor: MARCELO FRANCISCO SESTINI				CPF: 905.309.186-68	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Esta ação é desenvolvida por meio do Acordo de Cooperação firmado entre o MMA e o INPE/MCT. Foi realizada reunião de planejamento com os cinco consultores contratados para o SAP. Em função do atraso na instalação dos equipamentos e na dificuldade de obtenção de dados básicos, o cronograma de elaboração e de entrega dos produtos foi readequado pela coordenação do projeto. Devido a necessidade de reformulação da metodologia de trabalho foi necessário prorrogar o prazo do contrato para outubro/2012.					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
CONTRATO 5 - Código do Contrato: 110406					
Objetivo da consultoria: Consultoria de pessoa física para elaboração de mapeamento pedológico com vistas à implementação de um sistema de alerta precoce de seca e desertificação (SAP).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/10/10	04/10/11	114.469,36	28617,36	28.617,34	28.617,34
Insumos Externos					
A sede de trabalho do consultor se localiza na cidade de São José dos Campos (SP) nas dependências do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, conforme Acordo de Parceria firmado entre o MMA e o INPE. Foi disponibilizado espaço físico e computadores que poderão ser utilizados pelo consultor.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1. Plano de trabalho Produto 2. PI's do Maranhão			18/08/11 (Data do pagamento)	19.078,22 (Parcela 1)	
Produto 3. PI's do Ceará			20/09/11 (Data do pagamento)	9.539,12 (Parcela 2)	
Produto 4. PI's do Rio Grande do Norte Produto 5. PI's da Paraíba			30/09/11	9.539,12 (Parcela 3)	
Produto 6. PI's de Pernambuco Produto 7. PI's de Alagoas			30/11/11	9.539,12 (Parcela 4)	
Produto 8. PI's da Bahia			29/02/12	28.617,33 (Parcela 5)	
Produto 9. PI's de Sergipe Produto 10. PI's do Espírito Santo			30/04/12	9.539,12 (Parcela 6)	
Produto 11. PI's de Minas Gerais Produto 12. PI's do Piauí Produto 13. PI's do "Litígio" Produto 14. PI's consolidados Produto 15. Relatório Final			28/09/12	28.617,33 (Parcela 6)	
Consultor contratado					
Nome do consultor: PÉROLA MORAIS CALIL				CPF: 281.571.501-59	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Esta ação é desenvolvida por meio do Acordo de Cooperação firmado entre o MMA e o INPE/MCT. Foi realizada reunião de planejamento com os cinco consultores contratados para o SAP. Em função do atraso na instalação dos equipamentos e na dificuldade de obtenção de dados básicos, o cronograma de elaboração e de entrega dos produtos foi readequado pela coordenação do projeto. Devido a necessidade de reformulação da metodologia de trabalho foi necessário prorrogar o prazo do contrato para outubro/2012.					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
CONTRATO 6 - Código do Contrato: 110295					
Objetivo da consultoria: Consolidar os processos de construção participativa e elaborar o documento final do PAE-SE coordenando as etapas de elaboração.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do

					exercício
30/08/10	05/06/11	42.000,00	35.700,00	35.700,00	35.700,00
Insumos Externos					
Não há.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
Produto A. Plano de Trabalho			17/12/10 (Data do pagamento)		6.300,00 (Parcela 1)
Produto B. Avaliação das iniciativas relevantes para as ASD/SE			17/02/11 (Data do pagamento)		10.500,00 (Parcela 2)
Produto C. Diagnóstico das ASD do Estado de Sergipe					
Produto D. Estratégias do PAE/SE					
Produto E. Textos-base para subsidiar os trabalhos nas Oficinas Regionais e no Seminário Estadual			28/04/11 (Data do pagamento)		10.500,00 (Parcela 3)
Produto F. Proposta do sistema de gestão do PAE/SE					
Produto G. Propostas para implementação do PAE/SE					
Produto H. Documento Interinstitucional do PAE/SE			25/05/11 (Data do pagamento)		14.700,00 (Parcela 4)
Produto I. Coordenação do Seminário de apresentação do PAE/SE					
Consultor contratado					
Nome do consultor: ANA TRES CRUZ				CPF: 740.042.631-15	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Este contrato refere-se ao processo de elaboração do PAE-SE. A fase inicial de elaboração do Programa demandou um prazo maior do que o previsto em função do planejamento realizado com os consultores contratados e da necessidade de compatibilizar as agendas da SEMAR/SE e dos pontos focais estaduais. Estas questões geraram um atraso no cronograma de entrega dos produtos do consultor sendo necessário a prorrogação do prazo do contrato para junho/2011.					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
CONTRATO 7 - Código do Contrato: 110346					
Objetivo da consultoria: Elaboração dos estudos técnicos dos aspectos político-institucionais no âmbito do do PAE-SE.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30/08/10	05/05/11	24.000,00	20400	20400	20400
Insumos Externos					
Não há.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
Produto A. Plano de Trabalho			15/12/10		3.600,00 (Parcela

	(Data do pagamento)	1)
<p>Produto B. Avaliação das iniciativas relevantes para as ASD/SE considerando os aspectos político-institucionais dessas áreas</p> <p>Produto C. Diagnóstico das ASD do Estado de Sergipe sob a ótica do eixo temático do PAN-Brasil “gestão democrática e fortalecimento institucional”</p>	17/02/11 (Data do pagamento)	6.000,00 (Parcela 2)
<p>Produto D. Estratégias do PAE-SE tendo como referencia o eixo temático do PAN-Brasil: gestão democrática e fortalecimento institucional</p> <p>Produto E. Propostas de ações de combate à desertificação nas ASD/SE, considerando os aspectos político-institucionais dessas áreas</p>	28/04/11 (Data do pagamento)	6.000,00 (Parcela 3)
<p>Produto F. Participação nas Oficinas Regionais e Seminário Estadual para fornecer subsídios no que se refere aos aspectos político-institucionais das ASD/SE</p> <p>Produto G. Proposta do sistema de gestão do PAE-SE e sua articulação com as políticas e programas relevantes para as ASD</p> <p>Produto H. Propostas para implementação do PAE-SE</p>	25/05/11 (Data do pagamento)	8.400,00 (Parcela 4)
Consultor contratado		
Nome do consultor: BEATRIZ ALEMONGE DE SOUZA FALLEIRO		CPF: 023.370.287-39
<p>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Este contrato refere-se ao processo de elaboração do PAE-SE. A fase inicial de elaboração do Programa demandou um prazo maior do que o previsto em função do planejamento realizado com os consultores contratados e da necessidade de compatibilizar as agendas da SEMAR/SE e dos pontos focais estaduais. Estas questões geraram um atraso no cronograma de entrega dos produtos do consultor sendo necessário a prorrogação do prazo do contrato para maio/2011.</p>		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
CONTRATO 8 - Código do Contrato: 110298					
<p>Objetivo da consultoria: Elaboração dos estudos técnicos que possam subsidiar a elaboração participativa do PAE-SE, considerando os aspectos referentes à ampliação sustentável da capacidade produtiva das ASD /SE com o intuito de definir áreas prioritárias e direcionar ações de prevenção, controle e combate a desertificação nessas regiões.</p>					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30/08/10	05/05/11	20.000,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00
Insumos Externos					
Não há.					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto A. Plano de Trabalho				15/12/10	3.000,00

	(Data do pagamento)	(Parcela 1)
Produto B. Avaliação das iniciativas relevantes para as ASD/SE visando os aspectos referentes à ampliação sustentável da capacidade produtiva dessas áreas.	17/02/11 (Data do pagamento)	5.000,00 (Parcela 2)
Produto C. Diagnóstico das ASD do Estado de Sergipe sob a ótica do eixo temático do PAN-Brasil “ampliação sustentável da capacidade produtiva”.		
Produto D. Estratégias do PAE-SE tendo como referencia o eixo temático do PAN-Brasil: “ampliação sustentável da capacidade produtiva”.	28/04/11 (Data do pagamento)	5.000,00 (Parcela 3)
Produto E. Propostas de ações de combate à desertificação nas ASD/SE, considerando os sistemas de produção agropecuários das ASD e visando a ampliação sustentável da capacidade produtiva dessas áreas.		
Produto F. Participação nas Oficinas Regionais e Seminário Estadual para fornecer subsídios no que se refere aos aspectos do eixo temático do PAN-Brasil “ampliação sustentável da capacidade produtiva”.	25/05/11 (Data do pagamento)	7.000,00 (Parcela 4)
Consultor contratado		
Nome do consultor: CLÉLIO VILANOVA LEMOS E SILVA		CPF: 472.408.141-49
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Este contrato refere-se ao processo de elaboração do PAE-SE. A fase inicial de elaboração do Programa demandou um prazo maior do que o previsto em função do planejamento realizado com os consultores contratados e da necessidade de compatibilizar as agendas da SEMAR/SE e dos pontos focais estaduais. Estas questões geraram um atraso no cronograma de entrega dos produtos do consultor sendo necessário a prorrogação do prazo do contrato para maio/2011.		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
CONTRATO 9 - Código do Contrato: 110296					
Objetivo da consultoria: Elaboração dos estudos técnicos que possam subsidiar a elaboração participativa do PAE-SE, considerando os aspectos socioeconômicos das ASD do Estado de Sergipe com o intuito de definir áreas prioritárias e direcionar ações de prevenção, controle e combate a desertificação nessas regiões.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30/08/10	05/05/11	20.000,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00
Insumos Externos					
Não há.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto A. Plano de Trabalho			15/12/10 (Data do pagamento)	3.000,00 (Parcela 1)	
Produto B. Avaliação das iniciativas relevantes para as ASD/SE			17/02/11	5.000,00 (Parcela	

considerando os aspectos socioeconômicos dessas áreas Produto C. Diagnóstico das ASD do Estado de Sergipe sob a ótica do eixo temático do PAN-Brasil “redução da pobreza e das desigualdades”	(Data do pagamento)	2)
Produto D. Estratégias do PAE-SE tendo como referencia o eixo temático do PAN-Brasil: “redução da pobreza e das desigualdades” Produto E. Propostas de ações de combate à desertificação nas ASD/SE , considerando os aspectos socioeconômicos dessas áreas	28/04/11 (Data do pagamento)	5.000,00 (Parcela 3)
Produto F. Participação nas Oficinas Regionais e Seminário Estadual para fornecer subsídios no que se refere aos aspectos do eixo temático do PAN-Brasil “redução da pobreza e das desigualdades”.	25/05/11 (Data do pagamento)	7.000,00 (Parcela 4)
Consultor contratado		
Nome do consultor: MIRSA MARA BARRETO XAVIER LEITE		CPF: 588.212.525-15
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Este contrato refere-se ao processo de elaboração do PAE-SE. A fase inicial de elaboração do Programa demandou um prazo maior do que o previsto em função do planejamento realizado com os consultores contratados e da necessidade de compatibilizar as agendas da SEMAR/SE e dos pontos focais estaduais. Estas questões geraram um atraso no cronograma de entrega dos produtos do consultor sendo necessário a prorrogação do prazo do contrato para maio/2011.		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
CONTRATO 10 - Código do Contrato: 110345					
Objetivo da consultoria: Elaboração dos estudos técnicos que possam subsidiar a elaboração participativa do PAE-SE, considerando os aspectos físico-ambientais das ASD do Estado de Sergipe com o intuito de definir áreas prioritárias e direcionar ações de prevenção, controle e combate a desertificação nessas regiões.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30/08/10	05/05/11	20.000,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00
Insumos Externos					
Não há.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto A. Plano de Trabalho			15/12/10 (Data do pagamento)	3.000,00 (Parcela 1)	
Produto B. Avaliação das iniciativas relevantes para as ASD/SE considerando os aspectos físico-ambientais dessas áreas Produto C. Diagnóstico das ASD do Estado de Sergipe sob a ótica do eixo temático do PAN-Brasil “conservação, preservação e manejo sustentável de recursos naturais”			17/02/11 (Data do pagamento)	5.000,00 (Parcela 2)	
Produto D. Estratégias do PAE-SE tendo como referencia o eixo			28/04/11	5.000,00 (Parcela	

temático do PAN-Brasil: “conservação, preservação e manejo sustentável de recursos naturais”	(Data do pagamento)	3)
Produto E. Propostas de ações de combate à desertificação nas ASD/SE , considerando os aspectos físico-ambientais dessas áreas		
Produto F. Participação nas Oficinas Regionais e Seminário Estadual para fornecer subsídios no que se refere aos aspectos do eixo temático do PAN-Brasil “conservação, preservação e manejo sustentável de recursos naturais”	25/05/11 (Data do pagamento)	7.000,00 (Parcela 4)
Consultor contratado		
Nome do consultor: SIMONE SANTANA DE FREITAS		CPF: 693.423.775-72
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Este contrato refere-se ao processo de elaboração do PAE-SE. A fase inicial de elaboração do Programa demandou um prazo maior do que o previsto em função do planejamento realizado com os consultores contratados e da necessidade de compatibilizar as agendas da SEMAR/SE e dos pontos focais estaduais. Estas questões geraram um atraso no cronograma de entrega dos produtos do consultor sendo necessário a prorrogação do prazo do contrato para maio/2011.		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
CONTRATO 11 - Código do Contrato: 110181					
Objetivo da consultoria: Consolidar os processos de construção participativa e elaborar o documento final do PAE/ES, coordenando as etapas de elaboração.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10/06/10	30/04/12	42.000,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00
Insumos Externos					
Não há.					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Produto A. Plano de Trabalho		15/12/10 (Data de pagamento)	6.300,00 (Parcela 1)		
Produto B. Avaliação das iniciativas relevantes para as ASD/ES		10/11/11 (Data de pagamento)	10.500,00 (Parcela 2)		
Produto C. Diagnóstico das ASD do Estado de Espírito Santo					
Produto D. Estratégias do PAE/ES					
Produto E. Textos-base para subsidiar os trabalhos nas Oficinas Regionais e no Seminário Estadual		30/03/12	10.500,00 (Parcela 3)		
Produto F. Proposta do sistema de gestão do PAE/ES					
Produto G. Propostas para implementação do PAE/ES					
Produto H. Documento Interinstitucional do PAE/ES		30/04/12	14.700,00 (Parcela 4)		
Produto I. Coordenação do Seminário de apresentação do PAE/ES					
Consultor contratado					

Nome do consultor: ALEXANDRE JOSÉ FIRME DE ABREU	CPF: 018 885 867-96
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: ESTE CONTRATO REFERE-SE AO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PAE-ES. Considerando que houve atraso no cumprimento do objeto dos demais especialistas contratados para o PAE/ES e que o IEMA/ES TEVE DIFICULDADES PARA A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DAS CONSULTAS PÚBLICAS PREVISTAS NO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO, a elaboração dos produtos deste consultor ficou prejudicada. Além disso, o 1º produto entregue pelo consultor teve que ser ajustado e isso colaborou para o atraso no pagamento das parcelas previstas para o exercício. Nesse sentido, o contrato foi prorrogado para abril/2012.	

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
CONTRATO 12 - Código do Contrato: 110179					
Objetivo da consultoria: Elaboração dos estudos técnicos que possam subsidiar a elaboração participativa do PAE-ES, considerando os aspectos socioeconômicos das ASD do Estado de Espírito Santo com o intuito de definir áreas prioritárias e direcionar ações de prevenção, controle e combate a desertificação nessas regiões.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10/06/10	30/03/12	20.000,00	5.000,00	0	0
Insumos Externos					
Não há.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto A. Plano de Trabalho			15/12/10 (Data do pagamento)	3.000,00 (Parcela 1)	
Produto B. Avaliação das iniciativas relevantes para as ASD/SE considerando os aspectos socioeconômicos dessas áreas			30/03/12	5.000,00 (Parcela 2)	
Produto C. Diagnóstico das ASD do Estado de Sergipe sob a ótica do eixo temático do PAN-Brasil "redução da pobreza e das desigualdades"					
Produto D. Estratégias do PAE-ES tendo como referencia o eixo temático do PAN-Brasil: "redução da pobreza e das desigualdades"			30/03/12	5.000,00 (Parcela 3)	
Produto E. Propostas de ações de combate à desertificação nas ASD/ES , considerando os aspectos socioeconômicos dessas áreas					
Produto F. Participação nas Oficinas Regionais e Seminário Estadual para fornecer subsídios no que se refere aos aspectos do eixo temático do PAN-Brasil "redução da pobreza e das desigualdades".			30/03/12	7.000,00 (Parcela 4)	
Consultor contratado					
Nome do consultor: CARLA SIQUEIRA CAMPOS				CPF: 075 962 327-95	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: ESTE CONTRATO REFERE-SE AO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PAE-ES. AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELO ESPECIALISTA NA OBTENÇÃO DOS DADOS E PELO IEMA/ES NA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DAS CONSULTAS PÚBLICAS LEVARAM À READEQUAÇÃO DO CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS E					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

CONTRATO 13 - Código do Contrato: 110182

Objetivo da consultoria: Elaboração dos estudos técnicos que possam subsidiar a elaboração participativa do PAE-ES, considerando os aspectos referentes à ampliação sustentável da capacidade produtiva das ASD do Estado do Espírito Santo com o intuito de definir áreas prioritárias e direcionar ações de prevenção, controle e combate a desertificação nessas regiões.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10/06/10	30/03/12	20.000,00	8.000,00	3.000,00	3.000,00

Insumos Externos

Não há.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto A. Plano de Trabalho	25/05/11 (Data do pagamento)	3.000,00 (Parcela 1)
Produto B. Avaliação das iniciativas relevantes para as ASD/ES visando os aspectos referentes à ampliação sustentável da capacidade produtiva dessas áreas.	30/03/12	5.000,00 (Parcela 2)
Produto C. Diagnóstico das ASD do Estado de Espírito Santo sob a ótica do eixo temático do PAN-Brasil "ampliação sustentável da capacidade produtiva".		
Produto D. Estratégias do PAE-ES tendo como referencia o eixo temático do PAN-Brasil: "ampliação sustentável da capacidade produtiva".	30/03/12	5.000,00 (Parcela 3)
Produto E. Propostas de ações de combate à desertificação nas ASD/ES, considerando os sistemas de produção agropecuários das ASD e visando a ampliação sustentável da capacidade produtiva dessas áreas.		
Produto F. Participação nas Oficinas Regionais e Seminário Estadual para fornecer subsídios no que se refere aos aspectos do eixo temático do PAN-Brasil "ampliação sustentável da capacidade produtiva".	30/03/12	7.000,00 (Parcela 4)

Consultor contratado

Nome do consultor: FRANCISLEY LUCAS CORREIA

CPF: 057 160 266-56

OBSERVAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO FÍSICO/FINANCEIRA DO CONTRATO: ESTE CONTRATO REFERE-SE AO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PAE-ES. AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELO ESPECIALISTA NA OBTENÇÃO DOS DADOS E PELO IEMA/ES NA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DAS CONSULTAS PÚBLICAS LEVARAM À READEQUAÇÃO DO CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS E AO ADITAMENTO DO PRAZO DO CONTRATO DO ESPECIALISTA PARA MARÇO/2012.

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

CONTRATO 14 - Código do Contrato: 110180					
Objetivo da consultoria: Elaboração dos estudos técnicos que possam subsidiar a elaboração participativa do PAE-ES, considerando os aspectos e arranjos político-institucionais das ASD do Estado do Espírito Santo com o intuito de definir áreas prioritárias e direcionar ações de prevenção, controle e combate a desertificação nessas regiões.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10/06/10	30/03/12	24.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00
Insumos Externos					
Não há.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto A. Plano de Trabalho			15/12/10 (Data do pagamento)	3.600,00 (Parcela 1)	
Produto B. Avaliação das iniciativas relevantes para as ASD/ES considerando os aspectos político-institucionais dessas áreas			11/11/11 (Data do pagamento)	6.000,00 (Parcela 2)	
Produto C. Diagnóstico das ASD/ES sob a ótica do eixo temático do PAN-Brasil "gestão democrática e fortalecimento institucional"					
Produto D. Estratégias do PAE-SE tendo como referencia o eixo temático do PAN-Brasil: gestão democrática e fortalecimento institucional			15/12/11 (Data do pagamento)	6.000,00 (Parcela 3)	
Produto E. Propostas de ações de combate à desertificação nas ASD/ES , considerando os aspectos político-institucionais dessas áreas					
Produto F. Participação nas Oficinas Regionais e Seminário Estadual para fornecer subsídios no que se refere aos aspectos político-institucionais das ASD/ES			30/03/12	8.400,00 (Parcela 4)	
Produto G. Proposta do sistema de gestão do PAE-ES e sua articulação com as políticas e programas relevantes para as ASD					
Produto H. Propostas para implementação do PAE-ES					
Consultor contratado					
Nome do consultor: JOSÉ DAS DORES DE SÁ ROCHA				CPF: 743 391 843-49	
OBSERVAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO FÍSICO/FINANCEIRA DO CONTRATO: ESTE CONTRATO REFERE-SE AO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PAE-ES. AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELO ESPECIALISTA NA OBTENÇÃO DOS DADOS E PELO IEMA/ES NA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DAS CONSULTAS PÚBLICAS LEVARAM À READEQUAÇÃO DO CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS E AO ADITAMENTO DO PRAZO DO CONTRATO DO ESPECIALISTA PARA MARÇO/2012.					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"	
CONTRATO 15 - Código do Contrato: 110191	
Objetivo da consultoria: Apoiar a Comissão Organizadora da II Conferência Internacional sobre Impactos das Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semiáridas (ICID + 18) na área de	

gestão do conhecimento e assessoria de comunicação.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
22/06/10	21/04/11	100.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00
Insumos Externos					
Previsto no Contrato o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para honorários e até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para deslocamentos e hospedagens (passagens e hotelarias).					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Produto 1. Planejamento Estratégico de Comunicação da ICID		23/07/10 (Data do pagamento)	15.000,00 (Parcela 1)		
Produto 2. Relatório das ações de comunicação executadas durante a fase de preparação da ICID		24/09/10 (Data do pagamento)	20.000,00 (Parcela 2)		
Produto 3. Relatório sobre a articulação interinstitucional com as assessorias de comunicações das diversas instituições participantes da ICID, com vistas a coordenar as ações de comunicações					
Produto 4. Relatório das Ações executadas de comunicação online		04/11/10 (Data do pagamento)	20.000,00 (Parcela 3)		
Produto 5. Relatório das ações executadas de comunicação dirigida, de conformidade com o Planejamento Estratégico de Comunicação		15/02/11 (Data do pagamento)	20.000,00 (Parcela 4)		
Produto 6. Relatório sobre os resultados das ações de comunicação		15/02/11 (Data do pagamento)	15.000,00 (Parcela 5)		
Produto 7. Subsídios para a estratégia de comunicação para apoiar o futuro desenvolvimento das regiões semiáridas, em especial para o Semiárido Brasileiro, para o próximo Encontro de Enfrentamento da Desertificação para a Comissão Nacional de Combate à Desertificação e à vinculação a Rio + 20					
Produto 8. Relatório Final, contendo a consolidação das atividades desenvolvidas durante o contrato		27/05/11 (Data do pagamento)	10.000,00 (Parcela 6)		
Consultor contratado					
Nome do consultor: CADIIJA TISSIANI CERRI				CPF: 904.525.341-00	
OBSERVAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO FÍSICO/FINANCEIRA DO CONTRATO: O CONTRATO FOI EXECUTADO CONFORME PREVISTO.					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"
CONTRATO 16 - Código do Contrato: 111317
Objetivo da consultoria: Elaborar informações técnicas e metodológicas que subsidiem o Departamento de Combate à Desertificação da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (DCD-SEDR/MMA) na preparação de documentos para participação brasileira na Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) e nos demais fóruns de discussão da temática do combate à desertificação em âmbito regional e internacional.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
21/09/11	20/04/12	40.000,00	36.000,00	16.000,00	16.000,00
Insumos Externos					
Será disponibilizado espaço físico junto à SEDR/MMA para atender as demandas da consultoria. A base de dados e o material técnico do Ministério do Meio Ambiente necessários à realização dos trabalhos previstos serão disponibilizados ao Consultor.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Relatório contendo a metodologia para elaboração das atividades e ações contempladas no TDR.			11/11/11 (Data do pagamento)	4.000,00 (Parcela 1)	
Produto 2: Relatório com levantamento junto aos PF's estaduais, das principais ações de combate à desertificação implementadas pelos estados das ASD.			30/03/11	8.000,00 (Parcela 2)	
Produto 3: Relatório contendo metodologia, programação, materiais de divulgação para COP 10/UNCCD.			15/12/11 (Data do pagamento)	12.000,00 (Parcela 3)	
Produto 4: Relatório com levantamento das principais ações de combate à desertificação implementadas pela DCD, por outros departamentos do MMA, outras instituições e sociedade civil com representação na CNCD.			24/02/12 (Data do pagamento)	8.000,00 (Parcela 4)	
Produto 5: Relatório contendo os encaminhamentos e recomendações da COP 10 com base nos relatórios (subsídios) fornecidos pela missão brasileira.			20/04/12	8.000,00 (Parcela 5)	
Consultor contratado					
Nome do consultor: MARIA DA PENHA EMERICK DE BARROS				CPF: 731 815 877-53	
OBSERVAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO FÍSICO/FINANCEIRA DO CONTRATO: CONSIDERANDO DIFICULDADES PARA CONTATAR OS PONTOS FOCAIS, MEMBROS DA CNCD E SERVIDORES GOVERNAMENTAIS POR CONTA DO RECESSO DO FINAL DE ANO DE 2011 E FÉRIAS DO ÍNICIO DE ANO DE 2012, HOUVE NECESSIDADE DE READEQUAR O CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS E AMPLIAR O PRAZO DO CONTRATO PARA ABRIL/2012.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Programa de Apoio ao Agroextrativismo e aos Povos e Comunidades Tradicionais					BRA/08/012
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Contrato 17 - Código do Contrato: 2011/000004					
Objetivo da consultoria: Contratar um(a) consultor(a) para o acompanhamento da execução das atividades de responsabilidade do MMA na gestão das ações identificadas nos planos de ação das cadeias prioritárias, relacionadas a gestão do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade junto ao Governo federal e com os 10 estados da federação - AM, PA, AC, AP, RO, MT, CE, TO, PI e MA					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
17/01/11	30/12/11	R\$ 83.580,00	R\$ 83.580,00	R\$ 83.580,00	R\$ 83.580,00
Insumos Externos					
Estão previstas viagens ao longo do contrato, considerando que o PNPSB prioriza a articulação em 10 Estados Brasileiros que atuam com as cadeias prioritárias da Castanha do Brasil e do coco babaçu. A estimativa foi de 8 viagens para essa consultoria e, para tanto, está previsto um valor de R\$ 15.000,00 para custear passagens e diárias necessárias para a realização dessas viagens.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório Técnico das ações de responsabilidade assumidas pelo MMA junto ao PNPSB			04/02/11	8.358,00	
Relatório Técnico de avaliação das ações realizadas pelo MMA, de acordo com o plano de ação para a cadeia do babaçu no âmbito do PNDPSB no primeiro semestre de 2010			04/04/2011	25074	
Relatório Técnico de avaliação das ações realizadas pelo MMA, de acordo com o plano de ação para a cadeia da castanha do Brasil no âmbito do PNPSB nos primeiro semestre de 2010			04/06/2011	8358	
Relatório Técnico de avaliação das ações realizadas pelo MMA com relação ao diálogo com o setor empresarial no PNPSB, durante o ano de 2010, sobre as cadeias do babaçu e da castanha do Brasil, de acordo com o plano de ação para a cada cadeia			04/09/2011	16716	
Relatório Técnico de avaliação das ações realizadas pelo MMA, junto à secretaria executiva do PNPB e junto ao Grupo de Coordenação na gestão compartilhada entre MMA e MDA realizadas em 2010			10/12/2011	25074	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Wagneide Rodrigues				CPF: 806.133.651-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Ocorreu um equívoco no pagamento do produto 02, pois foi pago R\$ 8.358,00 a mais do que o valor contratual. Isto aconteceu, pois o Parecer Técnico nº 18/2011 de 26 de abril de 2011 informou que o valor que deveria ser pago era de R\$ 25.074,00 e não o de R\$ 16.716,00. Ocorre que todos os demais documentos necessários para o tramite do pagamento do produto são elaborados a partir de informações do Parecer Técnico. Assim, este erro provocou uma sequência de outros erros, que culminou no pagamento indevido. No entanto, não foi ultrapassado o valor total do contrato. Somente na análise do Produto 3 é que se identificou o equívoco. Assim, uma forma de solucionar este					

problema foi descontar o valor excedente do pagamento no presente produto (Produto 3)

Contrato 18 - Código do Contrato: 2012/000550					
Objetivo da consultoria: Esta consultoria especificamente visa desenvolver análises e estudos para subsidiar a Secretaria Executiva e Coordenação do Plano Nacional da Sociobiodiversidade na gestão de suas ações, operacionalizar a implantação e o monitoramento dos Planos de Ação da Cadeia Produtiva do Babaçu no ano de 2011, além de sistematizar e avaliar as ações propostas para esses planos nos governos federal e estaduais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
22/12/11	28/09/12	R\$ 103.730,00	0	0	0
Insumos Externos					
<p>Serão necessários Notebook e acesso a internet para o desenvolvimento dos trabalhos, que serão providos pelo próprio consultor. Estão previstas aproximadamente 22 viagens para essa consultoria, ao longo do contrato, considerando que o PNPSB prioriza a articulação em diferentes estados brasileiros (PA, CE, TO, MA, PI, RO, MT), que atuam com as cadeias prioritárias do coco Babaçu. Também devem ser consideradas viagens aos estados de SP e RJ, uma vez que são eixos de eventos (com participação já prevista), envolvendo a temática. Essas despesas com deslocamento (passagens e diárias) deverão estar embutidas na proposta de custo global da consultoria.</p>					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Relatório Técnico de avaliação do andamento das ações do Plano Nacional da Sociobiodiversidade realizadas no ano de 2010, referente ao plano de ação para a cadeia do Babaçu, contendo atividades, responsáveis, prazos e encaminhamentos para cada ação proposta junto aos gargalos identificados;		16/01/2012	10.373,00		
Relatório sobre o andamento do processo de definição do modelo tecnológico para o aproveitamento integral do coco babaçu;		22/02/2012	20.746,00		
Relatório técnico de análise e proposição que subsidie a Coordenação do PNPSB sobre a regulamentação do uso sustentável da produção e transporte do carvão do coco babaçu;		23/04/2012	15.559,50		
Relatório Técnico de avaliação da constituição e do andamento das instâncias de gestão constituída pelos estados do TO, MA, PI e CE para a cadeia produtiva do Babaçu e sua integração à estratégia do governo federal;		22/06/2012	20.746,00		
Relatório Técnico de avaliação do andamento dos planos de ação estaduais e sua integração à estratégia do governo federal. Deve apresentar a forma de organização estadual, constituição dos Grupos de Ação, incluindo relação das organizações membros por estado; relatos de sua(s) reunião(ões), dentre outros assuntos pertinentes;		23/07/2012	20.746,00		
Sistematização e avaliação das ações realizadas no âmbito do Plano de Ação Governamental da Cadeia Produtiva do Babaçu em 2011, contendo: (i) os critérios utilizados para a avaliação; (ii)		14/09/2012	15.559,50		

análise da execução das ações presentes no Plano; (iii) análise da atuação do Grupo de Ação por estado; (iv) análise dos avanços e/ou retrocessos em relação aos gargalos identificados na cadeia; (v) análise comparativa entre a situação da cadeia antes e depois da implementação do Plano de Ação; (vi) apresentação de sugestões para a continuidade do Plano de Ação; (vii) análise dos prazos, estrutura, condições de trabalho e outros, a respeito da consultoria.		
Consultor contratado		
Nome do consultor: Fabio Wesley de Melo	CPF: 266.324.948-38	
OBS: O contrato teve sua execução iniciada recentemente e o 1º produto ainda será entregue .		

26.2 ANÁLISE CRÍTICA

A contratação de consultores na modalidade “produto” por meio da Cooperação Técnica é um mecanismo eficaz para os trabalhos da Coordenação de Combate à Desertificação, pois além de termos profissionais voltados exclusivamente para a ação, possibilita uma consistência metodológica e estabelece uma diretriz única entre os diferentes planos estaduais e ao mesmo tempo assegura que as particularidades de cada estado estejam refletidas em seus programas. Por outro lado, o mecanismo da Cooperação Técnica possibilita um aporte de conhecimento especializado que assegura um processo participativo com amplo envolvimento da sociedade na construção dos planos estaduais, de conformidade com as Diretrizes estabelecidas na convenção de Combate a Desertificação (UNCCD). Ademais essa estratégia possibilita uma convergência de esforços na definição dos PPA, de forma a se otimizar os recursos sejam estaduais ou federal, possibilitando maior eficácia na implementação do PROGRAMA DE AÇÃO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO NAS ÁREAS SUSCEPTÍVEIS À DESERTIFICAÇÃO – PAN-BRASIL.

O governo federal brasileiro em conjunto com diversas instituições e com a sociedade civil tem desenvolvido ações para o fortalecimento das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade. A prioridade tem sido dinamizar mecanismos estratégicos que considerem a implantação de ações, objetivando o fortalecimento das cadeias produtivas e dos serviços gerados a partir dos recursos da biodiversidade, possibilitando integrar a conservação e o uso sustentável dos ecossistemas ao desenvolvimento econômico do país com a inclusão produtiva dos Povos e Comunidades Tradicionais, Agricultores Familiares e assentados da reforma agrária nesse processo, vislumbrando o aumento significativo da renda e do número de famílias envolvidas, gerando impacto socioambiental e econômico positivo. Esse conjunto de ações está previsto no Resultado 2 do Projeto PNUD BRA/08/012, no que tange às cadeias produtivas, mercados e iniciativas associadas ao agroextrativismo e à sociobiodiversidade definidas e implantadas.

Para o desencadeamento das ações relacionadas no Plano Nacional para a Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) por meio das consultas públicas realizadas, é necessário o enfrentamento de uma série de obstáculos encarados como gargalos. Para isso cada ministério membro da coordenação do PNPSB elencou um conjunto de atividades prioritárias, de acordo com o gargalo que deveria intervir. No caso do MMA, os dois principais eixos da ação são para: 1. Baixa oferta de produto com qualidade e, 2. Dificuldade de acesso e vulnerabilidade dos estoques naturais.

Neste contexto, buscou-se contratar um profissional para apoiar todas as ações relacionadas aos gargalos identificados no PNPSB como sendo de gestão do MMA, acompanhados ou executados por este Ministério. Ressalta-se ainda que, no ano de 2007, foi aprovada pelo Decreto no. 6.040, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que tem como objetivo promover o

desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. Em decorrência dessa iniciativa, foi regulamentado em 21 de julho de 2009, por meio da Portaria Interministerial nº 239 de 21 de julho de 2009, o Plano Nacional para Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) com objetivo de implementar ações que favoreçam a ampliação e o fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade.

A consultoria em tela foi pleiteada visando atender o Produto 2.3, Resultado 2 do Projeto PNUD BRA/08/012, no que tange à formulação de estudos técnicos para a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de ações e projetos em áreas estratégicas para a implantação de cadeias produtivas, mercados e iniciativas associadas ao agroextrativismo.

Nesse contexto, buscou-se contratar um profissional especializado que pudesse desenvolver atividades relacionadas à cadeia do Babaçu, potencializando as ações relacionadas aos gargalos identificados no Plano Nacional para a Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB). Desse modo, o consultor contratado vem subsidiando a implantação do plano de ação para a cadeia do Babaçu junto aos Ministérios e parceiros responsáveis no Governo Federal, nos estados que participam do PNPSB, bem como articular as agendas dos planos de ação estaduais em nível federal, subsidiando ainda a Secretaria Executiva, a equipe técnica e o Grupo de Coordenação.

Ressalta-se ainda que, no ano de 2007, foi aprovada pelo Decreto no. 6.040, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. Em decorrência dessa iniciativa, foi regulamentado em 21 de julho de 2009, por meio da Portaria Interministerial nº 239 de 21 de julho de 2009, o Plano Nacional para Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) com objetivo de implementar ações que favoreçam a ampliação e o fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade.